

INTRODUÇÃO

A coabitação prende-se com um domínio ainda pouco estudado da vida familiar em Portugal,¹ muito embora o tema das “uniões de facto” tenha ganho alguma visibilidade nos últimos anos devido, em parte, ao crescimento do fenómeno, e surgido nos órgãos de comunicação social envolto em polémica, a propósito, nomeadamente, do projecto de lei que em 1999 pretendia alargar os direitos e a protecção social dos casais que optam pelo “casamento sem papéis”². Apesar da escassez de estudos sobre o fenómeno, e até mesmo da impossibilidade de avaliar a sua expressão numérica nos anos anteriores a 1991, altura em que passou a ser incluído pela primeira vez nas estatísticas oficiais, pensa-se que ele poderá constituir um forte indicador da diversidade de modelos conjugais e formas familiares, bem como das transformações que ocorreram em Portugal ao nível dos valores, atitudes e padrões de comportamento face ao casamento, à sexualidade, às relações entre os géneros e, a um nível mais geral, face às próprias práticas e representações sobre a família e o casal.

Nas sociedades contemporâneas, as relações entre o homem e a mulher no interior do casal enfrentam hoje uma série de mudanças. A modernidade ao mesmo tempo que multiplica, torna difusos os lugares de construção da identidade individual. A intimidade e o casal transformam-se em lugares privilegiados de investimentos simbólicos, de expectativas de realização pessoal e simultaneamente de aspirações contraditórias entre

¹ À excepção de uma tese de mestrado, não existem pesquisas de carácter científico especificamente concebidas para o estudo desta problemática. Cf. Leite, Sofia A. Martins (2002), União de facto em Portugal: indicadores, práticas e representações sociais. Tese de Mestrado em ciências sociais, ICS.

² A polémica instalada na Assembleia da República foi acompanhada de manifestações de rua por parte da comunidade “gay” e referia-se sobretudo à exclusão dos casais homossexuais desse projecto, da autoria da juventude socialista, apesar de, e talvez por isso mesmo, ter sido anunciado desde o início a intenção de apresentar um projecto à parte dirigido a todos aqueles que vivem em “economia comum” (ver por ex. “Uniões de facto: os fora-da-lei”, Grande Reportagem, nº 97, Abril de 1999). A Lei nº 135/99 que veio a ser aprovada, e que confere tendencialmente os mesmos direitos e obrigações do casamento legal aos casais de sexo diferente que vivem juntos, foi a primeira lei sobre a união de facto em Portugal, dado que até esse momento apenas existiam tratamentos parcelares sobre a matéria. Cerca de um ano e meio depois, esta lei foi alterada pelo Decreto nº56 de 15 de Março de 2001, actualmente em vigor, de modo a incluir os casais homossexuais (excluídos contudo, do direito de adopção), tal como defendiam os projectos-lei apresentados pelos partidos Os Verdes, Bloco de Esquerda e PCP.

individualismo afectivo ou desejo de autonomia e fusão conjugal, entre permanência e mudança (Giddens, 1992 e 1993; Kellerhals *et al.*, 1982).

Estas características levam a que alguns autores defendam a tese da crise da família e do casal, invocando a sua perda de funções, a sua instabilidade, a sua dificuldade em constituir um quadro social integrador dos indivíduos, enquanto outros consideram, pelo contrário, que a família, liberta dos constrangimentos outrora associados aos laços de parentesco, surge hoje como lugar de expressão de sentimentos “verdadeiros” e mais autênticos, favorecendo a autonomia e a construção da identidade pessoal dos seus membros. Em apoio desta segunda perspectiva, surgem estudos que mostram que a família tende a ser hoje cada vez mais valorizada, na maior parte dos países industrializados, pela importância conferida à dimensão afectiva nas relações familiares em detrimento dos seus aspectos normativos e institucionais.

As investigações mais recentes sobre a família e o casal revelam, com efeito, um movimento de desinstitucionalização e privatização que acompanha a transformação profunda das suas estruturas nos últimos vinte ou trinta anos (recuo da nupcialidade, crescimento das uniões informais, do divórcio e das famílias monoparentais) e que dá origem ao surgimento de uma diversidade de formas e estilos de conjugalidade. Em consequência, em vez de crise da família, que tem subjacente a ideia de um modelo único e dominante, a ênfase é colocada na pluralidade de formas e lógicas de funcionamento familiares (Almeida *et al.*, 1998; Kellerhals *et al.*, 1982; Roussel, 1980; Wall, 2005).

Esse duplo movimento traduz-se, por um lado, na desvalorização dos aspectos institucionais do casamento e, por outro, na perda de importância do direito, da tradição, e de uma maneira geral dos valores sociais dominantes, vindos do «exterior», na regulação das relações privadas e afectivas no interior do casal.

A coabitação como forma de vida conjugal susceptível de constituir uma alternativa ao casamento desenvolveu-se na maior parte dos países ocidentais a partir de finais dos anos sessenta. Vários autores sublinham a diversidade de concepções subjacente a este tipo de união e o facto de nem todos assumirem a coabitação como um meio de contestação do casamento (MacRae, 1993a; Kaufmann, 1993).

Que significado sociológico devemos atribuir ao crescimento, por vezes espectacular, do fenómeno? A resposta, ou melhor as respostas, assumem um carácter multidimensional e dividem os especialistas.

Em termos genéricos podemos considerar que o crescimento das uniões informais com características mais ou menos duráveis, e a difusão da coabitação antes do casamento em quase todos os meios sociais, fenómeno de tendência europeia a que Portugal não é alheio, encontra-se intimamente ligado à desinstitucionalização e privatização do casal.

Estas tendências descritas quer pelos sociólogos da família (Roussel, 1989), quer pelos historiadores das mentalidades (Ariès, 1973, Shorter, 1977), dizem respeito a uma crescente desvalorização do aspecto formal da relação do casal a favor da primazia dada ao sentimento amoroso como fundamento da união. A valorização do bem-estar pessoal e emocional pressupõe também modelos de conjugalidade e de família mais igualitários. O crescimento da coabitação na maior parte dos países ocidentais revela um crescente desapego à instituição (que não significa necessariamente uma rejeição do casamento em termos ideológicos), e inscreve-se nesses processos de transformação de valores e de comportamentos que acompanham o desenvolvimento da modernidade.

O objectivo geral deste trabalho é a análise do significado sociológico das uniões de facto na diversidade das suas formas e na sua relação com os processos de mudança familiar na sociedade portuguesa. Mais especificamente, pretende-se, através de uma abordagem compreensiva e centrando o olhar no “lado de dentro” da vida conjugal e familiar, encontrar os diferentes significados sociais associados a vários perfis de coabitação. Com vista a identificar a diversidade dos perfis teve-se em conta a influência do género, da posição social e da trajectória de vida dos seus protagonistas, assim como as relações de género produzidas no casal a propósito do trabalho doméstico e profissional e o tipo de coesão (orientação para a autonomia ou para a fusão) subjacente ao funcionamento do casal em diversas dimensões da conjugalidade.

No que diz respeito ao trabalho de redacção da tese, este encontra-se dividido em duas partes distintas mas necessariamente articuladas entre si: a primeira corresponde ao enquadramento teórico e a uma fase inicial e intermédia de construção do objecto de estudo e a segunda diz respeito à investigação empírica. A Parte I inclui desde logo um capítulo sobre a coabitação na sociedade portuguesa (cap. 4), onde a par da análise da informação sociográfica recolhida de fontes secundárias, procede-se também a uma análise e reinterpretação dos principais resultados de trabalhos de investigação realizados no nosso país que, embora não tenham a coabitação como objecto principal, abordam esta temática³.

³ Este capítulo foi construído à medida que os dados iam sendo disponibilizados e trabalhados, nomeadamente no que se refere aos resultados do Inquérito de 1999 “Famílias no Portugal Contemporâneo”

A Parte II descreve o trabalho de campo realizado, as características da população estudada, os procedimentos metodológicos adoptados na recolha e tratamento da informação junto dos coabitantes e, finalmente, a análise dos resultados das entrevistas em profundidade e as principais conclusões.

Em termos da sua organização, o trabalho encontra-se dividido em sete capítulos que passamos a descrever.

Um capítulo introdutório sobre o “Estado Geral dos Saberes” contendo vários tópicos: o crescimento das uniões informais nas sociedades industriais; os factores que estão na origem do desenvolvimento do fenómeno; o significado da coabitação (tendências, valores e representações), associada à interrogação, muitas vezes formulada na literatura sobre o tema, se a coabitação constitui uma alternativa ao casamento.

O segundo capítulo pretende enquadrar, e problematizar, o fenómeno coabitação numa perspectiva histórica, sob o signo da transição das sociedades antigas para as sociedades modernas mas focando também aspectos da contemporaneidade na sua relação com o passado.

O terceiro capítulo é sobre “Modelos, Tipos e Formas de Conjugalidade” e está subdividido em dois pontos: o primeiro foca a diversidade de modelos de casamento e de família conjugal, perspectivada com base em tipologias já clássicas, e o segundo incide, mais especificamente, sobre diferentes modelos e tipos de coabitação.

O quarto capítulo é, como já foi referido, uma análise da coabitação informal na sociedade portuguesa fundamentada em dados empíricos, que procura simultaneamente situar Portugal no contexto europeu, procedendo, por vezes, a comparações ao nível das transformações dos comportamentos conjugais e familiares.

O quinto capítulo apresenta os principais eixos problemáticos, o modelo de análise e as hipóteses que orientaram o trabalho de investigação.

Chegados à segunda parte do trabalho, esta tem como núcleo fundamental o capítulo sete “Perfis de Coabitação”, antecedido pelo capítulo seis que procura, no primeiro ponto, fazer o retrato dos coabitantes que foram alvo da pesquisa e, no segundo, descrever e reflectir sobre a metodologia empregue. O capítulo centrado na análise em profundidade

das entrevistas (cap.7), está organizado em vários subcapítulos, correspondendo cada um à construção e identificação de um perfil de coabitação.

Finalmente, sintetizam-se os resultados e as conclusões, já anteriormente delineados, sobre os significados e a dinâmica da conjugalidade coabitante na sociedade portuguesa.

Parte I

Factos, Interpretações e Problemáticas Teóricas

CAPÍTULO 1

O ESTADO DOS SABERES

O CRESCIMENTO DAS UNIÕES INFORMAIS NAS SOCIEDADES INDUSTRIAIS MODERNAS: DOS DADOS ÀS INTERPRETAÇÕES

Quais as causas que levam um número crescente de homens e mulheres a viver juntos sem casar? Existem diferenças significativas entre as relações dos coabitantes e dos casados legalmente? A coabitação constitui um modo de vida específico? As uniões informais exprimem o desenvolvimento de novas relações entre os géneros? Qual a relação entre coabitação e classe social? Quem são os coabitantes? A coabitação assume diferentes significados em diferentes meios sociais? Quais as modalidades de difusão destes novos comportamentos através das várias categorias sociais? O crescimento das uniões sem papéis compensa a deserção face ao casamento institucional? Tratam-se de uniões pré-matrimoniais ou de uniões estáveis mas livres? A coabitação representa uma fonte de instabilidade do casal? Crise do casamento ou crise do casal? A coabitação altera-se em termos da relação do casal devido ao nascimento dos filhos? Ou dito de outro modo, a partir do momento em que existem filhos, a coabitação tende a tornar-se igual ao casamento? É a coabitação mais vantajosa para as mulheres? Estarão os homens coabitantes em desvantagem no que diz respeito aos seus direitos face aos filhos? De que maneira as políticas familiares afectam a coabitação? Existem diferentes tipos de coabitação, tal como existem diferentes modelos de casamento? Quais as atitudes dos coabitantes face ao casamento? Contestação ou indiferença? Aqueles que vivem em união livre têm representações sobre o amor e a relação do casal diferentes daqueles que se casam?

Este conjunto de interrogações corresponde a uma fase inicial de arranque da pesquisa marcada tanto pela curiosidade sobre o tema como por uma problematização do

objecto que se pretende estudar. Não quer dizer que a investigação quando terminada venha a responder a todas estas questões mas elas servem para orientar a pesquisa em determinadas direcções (com exclusão de outras) e fornecer pistas de análise. Antes de tentar apresentar alguns elementos de resposta com base no estado actual dos conhecimentos, convém em primeiro lugar descrever o fenómeno na sua amplitude para em seguida traçar algumas das razões para o seu desenvolvimento.

A Extensão do Fenómeno

É difícil avaliar a expressão numérica do fenómeno uma vez que a própria definição de «coabitação» e de «casal» é problemática.

O que é um casal? Não apenas hoje em dia o casal junta cada vez mais frequentemente duas pessoas sem estarem casadas uma com a outra – aquilo que se convencionou chamar de coabitação – como também a coabitação sinónimo de co-residência nem sempre se verifica: é o caso dos casais, casados ou não, que vivem em casas separadas, embora se trate de situações muito minoritárias. Por outro lado, muitas pessoas consideradas sozinhas nas estatísticas oficiais, isto é, que não vivem em casal, estão envolvidas numa relação amorosa estável, o que poderá constituir uma etapa precedendo a inserção conjugal na diversidade das suas formas, ou um modo específico de estar em casal preservando uma grande margem de autonomia para ambas as partes.

Apesar das estatísticas apresentadas não serem sempre coincidentes, os especialistas estão de acordo num ponto: os recenseamentos e os inquéritos tradicionais, concebidos numa óptica transversal, mostram-se bastante limitados para medir e compreender a complexidade destes novos comportamentos que se caracterizam por ser reversíveis e renováveis (Bawin-Legros, 1988; Leridon e Villeneuve-Gokalp, 1988; Brown-Demonet e Raulot, 1991). Apenas as biografias familiares poderão dar conta dos processos e dinâmicas conjugais e, em particular, fornecer indicações sobre a estabilidade e o próprio significado das uniões informais: Quanto tempo os casais ficam juntos sem se casarem? Recusa do casamento ou «casamento à experiência»?

Enquanto o casamento e o divórcio são acontecimentos definidos marcando o começo e o fim de relações legais, a coabitação é um acontecimento privado que frequentemente escapa às formas de registo oficiais (European Commission, 1996: 21).

Os próprios termos utilizados para designar aqueles que vivem juntos sem estarem casados – união de facto, coabitação, união livre, concubinagem¹ – não são apenas ambíguos como também se aplicam indiscriminadamente a indivíduos com concepções, experiências e projectos conjugais bastante diferenciados. O termo união de facto aparenta um cunho jurídico, “os coabitantes são aqueles que partilham o mesmo alojamento, os concubinos a mesma cama, união livre refere-se mais ao declínio da instituição” (Kaufmann, 1993: 49).

Apesar da variedade de termos utilizados, o fenómeno está em vias de se normalizar num grande número de países. Existem contudo diferenças significativas, em termos da própria incidência do fenómeno e das atitudes face a este, não apenas entre mas também no interior de cada país, conforme é salientado no relatório do «Observatório Europeu sobre Políticas Familiares» (European Commission, 1996). Na Grécia, por exemplo, a coabitação está fracamente regulamentada e é vista como um assunto privado. No pólo oposto estão países como a Dinamarca e a Suécia onde a coabitação atingiu o estatuto de uma instituição social largamente aceite (op. cit.: 19).

Kiernan e Estaugh (1993) ao analisarem o desenvolvimento da coabitação na Europa (ver quadro 1), distinguem três tipos de países: países onde a coabitação está bem estabelecida, como a Suécia, a Dinamarca e a Islândia; países onde o fenómeno emergiu primeiramente como coabitação pré-nupcial (Áustria, Finlândia, França, Alemanha, Países Baixos e Reino Unido); países onde a coabitação é comparativamente rara, tais como a Irlanda e os países da Europa do Sul.

A análise do desenvolvimento da coabitação mostra, pois, um nítido contraste entre os países do Sul da Europa e os países da Europa do Norte ou ainda países como a França ou a Suíça. É provável que a abordagem estatística, pelas razões já apontadas, seja bastante imperfeita, sobretudo nos países onde a coabitação está menos difundida e a sua aceitação social é ainda relativa. Em Itália, por exemplo, Antonio Golini (1987) assinala que os 2% de uniões de facto apresentados pelas estatísticas oficiais em 1983, reflectiam mais a relutância dos casais em revelarem a sua situação do que a realidade (cit. in Brown-Demonet e Raulot, 1991: 273). Em relação à Bélgica, Bawin-Legros coloca também a hipótese de uma certa sub-representação do fenómeno já que para evitar sanções no plano fiscal ou profissional a coabitação nem sempre é confessada por aqueles que a praticam.

¹ Por comodidade de linguagem serão também aqui empregues indiferentemente todos estes termos.

Um inquérito realizado neste país em 1985, junto de mil mulheres com idades entre os 18 e os 60 anos, obteve uma taxa de coabitação de 8,8% (Bawin-Legros e Sommer, 1986 cit. in Bawin-Legros, 1988: 158).

Quadro 1 - % de Mulheres coabitantes no total de mulheres vivendo em casal, por idade

Países	16-19	20-24	25-29	30-34	35-37	40+
Dinamarca (1985)	88	75	41	20	10	7
França (1986)	-	36	14	10	6	5
Países Baixos (1986)	59	37	16	7	4	3
Áustria (1989)	45	21	8	4	3	2
Finlândia (1985)	75	50	25	12	7	7
Suécia (1985)	93	78	48	28	17	12
Reino Unido (1986)	42	24	10	7	4	4

Fonte: Kiernan e Estaugh (1993)

Segundo Brown-Demonet e Raulot (1991: 276), a qualidade dos dados estatísticos está melhor assegurada nos países como a Dinamarca, a Suécia e a França, onde a coabitação constitui uma prática mais enraizada nos costumes e se encontra massivamente divulgada. Na Suécia, dados referentes a 1985 mostram taxas de coabitação superiores aos outros países analisados (França, Grã-Bretanha, Dinamarca) em todas as faixas etárias, sendo de 30% dos 25 aos 29 anos; na Dinamarca a média total é de 40% em 1980. As uniões informais na Suécia atingiram um grau de desenvolvimento tal que leva alguns observadores a considerar que o casamento neste país quase que desapareceu como forma de primeira união (Festy, 1986).

Na Suíça, dados obtidos a partir de um grande inquérito longitudinal iniciado em meados dos anos 70, indicam que 65% dos jovens casados tinham iniciado a sua vida conjugal pela coabitação (Kellerhals *et al.*, 1982).

Em França, onde a evolução do fenómeno está bem estudada, pelo menos a avaliar pela literatura existente sobre o tema, estima-se, com base nos recenseamentos disponíveis, que sejam cerca de um milhão o número de coabitantes (Audirac, 1986a). Um inquérito longitudinal junto de quatro mil indivíduos, especificamente concebido pelo INED em

finais de 1985 para estudar estes novos comportamentos (Leridon e Villeneuve-Gokalp, 1988), obteve uma taxa de coabitação de cerca de 10 %. Este inquérito confirma também a difusão espectacular da coabitação pré-nupcial em França, que passou de 10 % antes de 1970 para perto de 60% depois de 1980. A forte progressão deste tipo de união em todas as faixas etárias contraria a perspectiva de alguns autores, como por exemplo Elwood Carlson que considera a coabitação “une sorte de luxe que les élites sociales s’offrent pendant leur jeunesse” (Carlson, 1987: 108).

A impressão mais imediata que se recolhe de todas estas análises é a de uma transformação profunda no processo de inserção conjugal. A entrada na vida a dois pela coabitação tornou-se uma tendência largamente maioritária num grande número de países, sendo o casamento adiado ou mesmo rejeitado pelos casais de forma duradoura.

QUAIS OS FACTORES QUE ESTÃO NA ORIGEM DO DESENVOLVIMENTO DA COABITAÇÃO?

O Declínio do Casamento Instituição

O casamento como acto fundador do casal, ritual de passagem para a vida adulta e conjugal, baseado em escolhas pessoais mas dependendo simultaneamente de uma cerimónia pública de consagração social e legal da união, constituiu o modelo dominante até aos anos 50 (Bozon, 1991a). A partir da década de 60, o casamento deixou progressivamente de ser uma etapa obrigatória na carreira conjugal de homens e mulheres, em estreita ligação com os projectos de procriação, para passar a ser uma etapa facultativa e que pode ser preenchida a qualquer momento.

Em França o número de casamentos baixou de 30% de 1975 a 1985 e o número de nascimentos fora do casamento quase que triplicou (Leridon e Villeneuve-Gokalp, 1988: 331).

É hoje um dado adquirido que o recuo da nupcialidade nas sociedades europeias e norte americanas² teve como contrapartida o aumento das uniões informais (Brown-Demonet e Raulot, 1991). Estas mutações testemunham uma mudança profunda das atitudes e comportamentos face ao casamento mas também a emergência de novas e diversificadas concepções acerca da conjugalidade. “Fenómeno marginal há apenas vinte anos, a coabitação é hoje praticada em todos os meios, incluindo aqueles onde a pressão religiosa ou social a favor do casamento perdura” (Villeneuve-Gokalp, 1990: 296).

Uma das questões frequentemente colocada é a de saber se a diminuição do número de uniões legais é compensada pelo aumento do número de casais coabitantes. Segundo o inquérito «Situações Familiares» (Leridon e Villeneuve-Gokalp, 1988; Villeneuve-Gokalp, 1990), a coabitação desempenhou um papel compensatório face ao recuo do casamento legal, salvo para as gerações mais recentes. Acontece que a partir dos anos 80, os jovens

² Estas tendências verificam-se nos E.U. mas num contexto cultural diferente já que aqui as taxas de segundos casamentos após divórcio são extremamente elevadas, a ponto de se falar de monogamia sucessiva para caracterizar os comportamentos matrimoniais norte-americanos.

tendem a permanecer mais tempo em casa dos pais e a adiar a sua primeira união devido às dificuldades cada vez maiores de inserção profissional.

Esta questão, colocada numa perspectiva «quantitativa», leva a equacionar uma outra mais interessante: O declínio da instituição é acompanhado pela redução da formação de casais? Ou dito de outro modo – conforme é anunciado no título de um artigo (Audirac, 1986b) – crise do casamento ou crise do casal?

A tendência dos jovens para deixar mais tarde a sua família de origem, o caso daqueles que saídos de uma ruptura conjugal não querem repetir a experiência, ou dos que vivem sós por convicção ou ainda dos que preferem manter casas separadas não pode ser interpretado como um questionamento generalizado do casal (Villeneuve-Gokalp, 1990: 296). Para os primeiros, a sua situação é muitas vezes determinada pelas circunstâncias e não significa uma questão opcional, para os segundos poderá ser uma situação transitória e os restantes casos representam uma minoria.

Esta análise feita em relação à sociedade francesa poderá ser extensiva a outros países. Élizabéth Brown-Demonet e Jean-Yves Raulot (1991) ao estudarem a formação de casais na Europa concluem a partir dos dados disponíveis sobre a proporção de pessoas vivendo em casal na Dinamarca, Suécia e Grã-Bretanha, desde 1960 até 1985, que o recuo da nupcialidade não provocou até hoje uma rejeição massiva da conjugalidade.

Jean-Claude Kaufmann (1993), no seu livro “Sociologia do Casal” dá-nos uma resposta mais detalhada, e mais rica, acerca desta questão que vai para além da abordagem estatística. Observando que o casal hoje em dia é cada vez menos institucional, menos estável e até menos frequente, muitos concluíram que o casal está em crise, que ele é um modelo familiar em declínio face às «novas formas» emergentes. O autor afirma tratar-se de um erro de análise que atribui às abordagens transversais. O estudo das biografias familiares, colocando-se de um ponto de vista subjectivo e dinâmico, mostra que se o casal não está sempre presente, ele permanece, contrariamente às aparências, o modelo de referência central, em torno do qual os indivíduos mobilizam os seus pensamentos mais íntimos, sonhos e projectos. “Il n’y a pas multiplication des modèles: il y a changement du mode de construction conjugale, impliquant des séquences de vie hors couple et des séquences de vie conjugale précaire” (op. cit.: 46). Analisando o caso das pessoas «sós», empolgadas pelos média, e consideradas assim pelas estatísticas oficiais com base no critério da coabitação estável no mesmo alojamento, Kaufmann afirma tratar-se de situações diferenciadas e muitas vezes transitórias que não significam uma recusa da «ideia

conjugal». Fora da coabitação, um quarto dos homens «sós» e um terço das mulheres «sós» declaram ter uma «relação amorosa estável», segundo o inquérito “Situações Familiares” a que já fizemos referência (Villeneuve-Gokalp, 1990). Mas quem são as pessoas que vivem sozinhas? Segundo Kaufmann, elas dividem-se em quatro grupos principais e não podem ser reduzidas, como acontece frequentemente, ao caso das mulheres jovens que recusam ou retardam os compromissos familiares para terem êxito nas suas carreiras profissionais. As pessoas que não vivem em casal são maioritariamente os viúvos, sobretudo as viúvas, em que perto de metade tem mais de 65 anos, os jovens adultos com menos de 30 anos que retardam a entrada na conjugalidade devido aos estudos, aos investimentos na esfera profissional ou à precariedade de emprego, e as pessoas provisoriamente «sós» por transitarem entre duas uniões. Há ainda o caso daqueles que nunca viveram em casal, por várias razões, entre elas a recusa da conjugalidade como alternativa de vida mas esta situação é relativamente rara e o número de indivíduos que fazem parte deste grupo não denota uma evolução significativa.

Vários autores partilham a ideia de que se o casal se tornou mais instável e estatisticamente minoritário nas suas formas mais institucionalizadas é porque, paradoxalmente, as aspirações e as exigências dos indivíduos acerca da relação do casal estão hoje mais inflacionadas. Neste sentido, as transformações ao nível da conjugalidade que se manifestam no aumento do número de divórcios e na diminuição do número de casamentos, na generalização da união livre e dos nascimentos fora do casamento, no crescimento do número de famílias monoparentais e de pessoas a viver sozinhas, devem-se em grande medida ao facto do casal se ter tornado uma realidade mais complexa e mais difícil de construir e, simultaneamente, um lugar privilegiado de procura de «felicidade» e de realização pessoal (Kellerhals *et al.*, 1982; Kaufmann, 1993).

A privatização dos afectos e a desinstitucionalização da relação do casal são algumas das razões que explicam as mudanças actuais na «paisagem conjugal» e que estão também na base do desenvolvimento da coabitação. Importa, no entanto, examinar ainda algumas das causas mais específicas que estão na origem deste fenómeno e que se encontram no cruzamento entre os vários níveis da realidade social contemporânea.

O Conjunto Complexo de Causas Culturais, Económicas e Sociais

No que diz respeito aos factores culturais, vários comentadores apontam a liberalização dos costumes que teve lugar a partir de finais dos anos 60 nas sociedades ocidentais, e a tolerância face à sexualidade dos jovens, em particular a desvalorização da virgindade das mulheres, para a qual contribuiu fortemente o desenvolvimento dos meios de contraceção modernos (Segalen, 1981; Villeneuve-Gokalp, 1990). Estes factores intervêm no sentido de tornar o casamento menos necessário, a pressão social e religiosa a seu favor menos eficaz, ao mesmo tempo que possibilitam as experiências conjugais informais e as mudanças de parceiro, impensáveis ou excepcionais há apenas vinte ou trinta anos.

A situação económica e social contemporânea caracterizada pela crescente autonomia das mulheres, pelo prolongamento dos estudos e a emergência de uma nova idade de transição, a pós-adolescência, pela inserção profissional tardia, pela dificuldade de acesso a um emprego estável ou compatível com a formação adquirida, é vista também como fornecendo as razões mais decisivas para a expansão do fenómeno coabitação. Os jovens, e de uma maneira geral todas as pessoas que estão numa fase das suas vidas marcada pela incerteza ou pelo risco de desclassificação social, preferem modos menos rígidos e formais de viver a conjugalidade que deixam, pelo menos simbolicamente, o futuro em aberto, tanto do ponto de vista profissional como conjugal (Bozon, 1991^a; Bawin-Legros, 1988).

Em relação às mulheres, o desenvolvimento do salariado feminino, a elevação, por vezes espectacular, do seu nível de escolaridade e o controlo da sua própria fecundidade, são encarados como os principais responsáveis pelo declínio do casamento institucional e pela multiplicação das uniões informais (Battagliola, 1988). Em particular, o acesso das mulheres à independência económica contribuiu para reduzir o interesse específico que estas tinham em relação ao casamento, o qual deixou de desempenhar para o sexo feminino o papel de protecção essencial que tinha anteriormente.

A crise económica apontada por alguns observadores como a principal causa da expansão da coabitação, nomeadamente entre os jovens, pressupondo-se neste caso que a regularização matrimonial se efectua com a estabilidade de emprego, não tem validade para todos. Se por um lado, a crescente dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e o

desemprego dos jovens os mantém mais tempo em casa dos pais³, retardando a entrada na conjugalidade, por outro lado, o argumento económico, como observa Martine Segalen, não funciona para certas categorias protegidas como os funcionários onde esta prática se difundiu de forma significativa (Segalen, 1981: 159).

Se para algumas pessoas a coabitação é vivida de forma mais voluntária, para outras, com menos recursos e qualificações, ela poderá representar um constrangimento face à precariedade de emprego que impede a integração (desejada) num quadro familiar regular (Kaufmann, 1993). Na primeira categoria estão sobretudo os homens e as mulheres com um nível de escolaridade elevado, para quem um quadro conjugal «ligeiro» poderá significar um meio de conciliar investimentos afectivos e profissionais, conservando ao mesmo tempo o futuro em «aberto» e uma grande margem de autonomia para ambas as partes. Para os indivíduos mais diplomados, um casamento precoce precipita os compromissos familiares e constitui um entrave às expectativas de mobilidade social. “La crise de l’emploi et l’allongement de la durée des études combinent donc leurs effets pour que la cohabitation soit préférée au mariage” (op. cit: 52).

Catherine Villeneuve-Gokalp faz notar que o desenvolvimento da coabitação não teria assumido uma amplitude tão grande num espaço de tempo tão curto sem a influência dos factores culturais. A autora assinala a perda de importância de três meios tradicionais de pressão a favor do casamento: o receio de ter filhos ilegítimos que tende a desaparecer com a difusão dos meios de contracepção; o valor da indissolubilidade do casal associado ao casamento que perde importância à medida que cresce a visibilidade social do divórcio; a religião católica, proibindo a sexualidade fora do casamento, que perde influência à medida que diminui o número de praticantes (Villeneuve-Gokalp, 1990: 289-90).

No que diz respeito à variável filiação e prática religiosa, vários estudos têm procurado determinar a sua influência em diversos aspectos, tais como a sexualidade antes do casamento, os papéis de género no casal, a fecundidade, o divórcio ou ainda a escolha do cônjuge. No entanto, segundo Evelyn Lehrer (2000), tem sido dada pouca atenção ao papel da religião na formação dos casais, e mais especificamente, se as uniões tomam a forma de coabitação ou de casamento. Resultados relativos ao nosso país estabelecem uma relação entre religião e percursos de entrada na conjugalidade uma vez que para as

³ Desde os anos 80, para os jovens entre os 18 e os 20 anos, contrariando de alguma forma a tendência dos jovens para se instalarem de forma autónoma que vinha desde os anos 50 (Segalen, 1981: 159).

mulheres que optaram pelo casamento religioso poucas são aquelas que viveram primeiro em coabitação (Wall, 2000: 154).

Michel Bozon (1991a, 1991b e 1993), salienta em particular “o novo papel da sexualidade na constituição do casal”. No modelo tradicional, as primeiras relações sexuais surgiam como uma etapa final no processo de formação dos casais, normalmente coincidente com o casamento ou, para os mais ousados, quando a decisão de casar já estava tomada. No modelo actual, o relacionamento sexual surge no momento em que duas pessoas começam a «sair juntas», constituindo uma das primeiras experiências fundadoras do casal, bastante anterior, em todo o caso, à decisão eventual de casar ou de coabitar. Para este autor, os factores anteriormente referidos (culturais, económicos e sociais), que explicam a expansão da coabitação antes do casamento ou da coabitação sem casamento, são em grande parte os mesmos que estão na origem das mudanças verificadas na forma de encarar e viver a sexualidade (Bozon, 1991a: 55).

Esta perspectiva, que tende a explicar o desenvolvimento da coabitação por efeito das modificações nos calendários, ou nos tempos, de passagem à vida sexual, conjugal e familiar, é susceptível de críticas na medida em que trata da mesma maneira as uniões estáveis mas livres e a coabitação encarada como um estado transitório precedendo a legalização da união. Os que casam e os que se mantêm em união livre podem ter diferentes concepções e valores acerca da conjugalidade.

Vários autores abordam a coabitação como modo de entrada na vida adulta e conjugal (Bozon, 1991a; Kaufmann, 1993; Audirac, 1986a e 1986b). Mais especificamente, a teoria dos «calendários» ou dos diferentes ritmos sociais de inserção profissional e familiar, tem a vantagem de tratar a juventude como uma categoria socialmente heterogénea (Lebras, 1983 e Galland, 1985 cit. in Bawin-Legros, 1988:162) mas tende a escamotear possíveis diferenças no significado da coabitação segundo os meios sociais. Segundo Pierre Audirac (1986a), o que opõe os jovens adultos de vários meios sociais não é tanto a maior ou menor inclinação para viver junto fora dos laços institucionais, o que pressupõe a existência de diferentes representações e valores acerca da relação do casal, mas os diferentes ritmos de entrada na vida conjugal consoante a pertença social, e também sexual, dos indivíduos.

A abordagem da coabitação como modo de entrada na vida adulta e conjugal socialmente diversificado, considera que este fenómeno tem causas comuns, a saber: a tendência actual para o alongamento do período de escolaridade e formação, a emergência

de um período de indeterminação profissional resultante do desemprego de curta e de longa duração, mas também das tentativas dos jovens em ajustar competências escolares e profissionais, e finalmente, relacionado com estes dois aspectos, as dificuldades dos jovens no acesso à independência económica que poderão conduzir, consoante os casos, à permanência mais prolongada junto da família de origem ou pelo contrário, à opção por formas de conjugalidade mais informais. “Indétermination professionnelle et indétermination matrimoniale ne caractérisent-elles pas ensemble cette période de jeunesse prolongée où se recherchent à tâtons, par essais et erreurs, une insertion et une identité sociale ?” (Bawin-Legros, 1988: 162).

A difusão da coabitação juvenil, em particular junto dos estudantes, onde numa primeira fase o fenómeno ganhou maior visibilidade, aquela que os demógrafos analisavam em meados dos anos 70 como «casamento de ensaio», pode ser interpretada como uma forma de evitar compromissos matrimoniais prematuros e com fortes probabilidades de divórcio. Esta parece ser aliás uma das razões para a sua aceitação por parte das famílias dos jovens, nomeadamente das classes burguesas (Singly, 1986; Lebras, 1983 cit. in Bawin-Legros, 1988: 163).

As transformações sócio-económicas contemporâneas não atingem, no entanto, todos os jovens da mesma maneira, ficando assim justificado, segundo esta perspectiva, a diversidade de ritmos e modos de entrada na conjugalidade (directamente pelo casamento ou através da coabitação); estes dependem das estratégias accionadas pelos actores tendo em conta as suas condições sociais de existência.

É conhecida, por exemplo, a tendência das mulheres para casar ou coabitar mais precocemente que os homens. A observação segundo os meios sociais mostra que as mulheres jovens de origem operária deixam mais tarde o domicílio dos pais mas casam-se mais cedo e em maior número que as jovens de outras classes sociais; as mulheres que pertencem às classes médias assalariadas deixam mais cedo a sua família de origem mas casam-se menos e mais tarde (Roussel, 1975).

A abordagem da coabitação por via da problemática da entrada na vida adulta e conjugal⁴, ainda que considerada socialmente heterogénea, tende a restringir o fenómeno a

⁴ Sendo a entrada na vida adulta e conjugal o objecto de estudo em si, a coabitação surge apenas como um dos modos possíveis de entrada em casal; os trabalhos orientados segundo esta perspectiva tendem também a privilegiar as primeiras uniões. Face ao momento privilegiado de observação e análise que é a entrada em casal, a hipótese dos indivíduos terem diferentes

um grupo etário - os jovens e os adultos jovens - e negligência, conforme sublinha Bernadette Bawin-Legros, a análise das atitudes, representações e valores, nomeadamente aqueles que se referem ao casamento e às relações entre os géneros.

Vários trabalhos mostram a importância dos «dotes» femininos, quer em termos de actividade profissional, quer em termos de capital escolar, nos novos comportamentos conjugais.

Ressler e Waters (1995), a partir de uma investigação realizada nos Estados Unidos, constataram a existência de uma relação entre níveis de coabitação e níveis de participação feminina no mercado de trabalho. Os autores consideram que quanto mais os homens e as mulheres são autónomos do ponto de vista económico menos têm a ganhar com o casamento (cit. in European Commission, 1996: 24). A relação coabitante apresenta-se neste caso mais vantajosa, sobretudo para as mulheres (Battagliola, 1986; Villeneuve-Gokalp, 1990), já que possibilita, pensa-se, uma maior independência, igualdade e flexibilidade, nomeadamente quanto à sua duração (MacRae, 1993a; Prinz, 1995; Kiernan e Estaugh, 1993). Estes aspectos podem ser importantes, em particular para as mulheres, uma vez que as suas expectativas acerca do casamento são afectadas negativamente pela maior rigidez de normas, responsabilidades e papéis a ele associados (Alabart *et al.*, 1988 cit. in European Commission, 1996: 24).

Analisando a relação entre a coabitação (e a sua difusão segundo os meios sociais), o nível de estudos e a posição social das mulheres, Catherine Villeneuve-Gokalp (1990) conclui, a partir do inquérito realizado em França em 1986, que as mulheres das classes intermédias mostraram durante mais tempo um maior apego ao casamento, comparativamente com as mulheres quadro ou as operárias, mas em seguida elas foram mais numerosas a adoptar o casamento sem papéis. Desde o início dos anos 80 que três quartos das mulheres deste grupo (empregadas de escritório e outras), entram na conjugalidade através da coabitação. Mais escolarizadas que a geração precedente⁵, estas mulheres ficaram mais mobilizadas para investir na sua carreira profissional, procurando na coabitação uma solução de compromisso (Singly, 1984 a)⁶ que lhes permite preservar a sua independência e ao mesmo tempo escapar ao papel tradicional (de esposas e mães) que

representações e valores acerca da conjugalidade consoante se casem directamente, mais tarde após um período de coabitação ou nunca cheguem a casar, tende a ser excluída da análise.

⁵ O casamento só começou a recuar, afirma Villeneuve-Gokalp, com a chegada ao mercado matrimonial das mulheres que beneficiaram do prolongamento da escolaridade obrigatória (op. cit.).

⁶ Ver também F. de Singly (1986a), *L'union libre: un compromis*. Dialogue, 92: 54-64.

lhes é imposto pelo casamento (Villeneuve-Gokalp, 1990). A crise de emprego veio ainda acelerar mais, segundo a autora, o processo de difusão das uniões informais junto das classes intermédias assalariadas.

Contrariamente às mulheres das classes intermédias, as operárias travaram a progressão da coabitação no seu meio. Devido à menor autonomia das mulheres operárias, estas são atraídas pela segurança material que o casamento é suposto garantir enquanto que os homens deste grupo tendem a adiar o casamento até encontrarem uma situação profissional estável que lhes permita assegurar o cumprimento do papel tradicional de sustento da família. A coabitação operária é masculina, conforme observa Catherine Villeneuve-Gokalp (op. cit.: 279-280). Estes dados confirmam a importância dos «capitais» das mulheres no desenvolvimento da coabitação.

Françoise Battagliola (1986) faz notar que são frequentemente as mulheres, mais que os homens, que recusam o casamento regular. Esta análise é particularmente válida para as mulheres dotadas de capitais escolares elevados.

François de Singly (1987) no livro “Fortune et Infortune de la Femme Mariée” salienta o efeito negativo do casamento no «dote escolar feminino». “Une forte dot scolaire placée sur le marché du mariage avant d’être placée sur le marché du travail obtient un plus faible rendement monétaire qu’une dot équivalente placée dans l’ordre inverse” (Singly, 1986a: 61). Segundo o mesmo autor, as mulheres com cursos superiores têm mais razões que os homens da sua classe social para recusarem ou retardarem o casamento. Da mesma maneira que os homens, estas mulheres querem rentabilizar as suas riquezas escolares mas para o fazer terão que assegurar a sua independência (muito mais que os homens), de modo a poderem alterar o estatuto que nas relações entre os sexos lhes está, em princípio, destinado através do casamento e da maternidade.

É precisamente entre as mulheres com fortes capitais escolares que é possível encontrar as oposições ideológicas mais vincadas face ao casamento e que é encarada a possibilidade de ter um filho fora dos laços institucionais (Battagliola, 1986: 70)

Existe consenso em relação à maioria dos autores ao considerarem a crescente igualdade entre os sexos como um dos principais factores para o crescimento da coabitação (com ou sem casamento) nas sociedades industriais modernas.

Tendo em conta as transformações mais recentes das formações sociais contemporâneas, foram sem dúvida aquelas que afectaram a posição social das mulheres (nomeadamente através do acesso mais massivo ao sistema de ensino e ao mercado de

trabalho), que contribuíram mais profundamente para as mudanças verificadas ao nível das relações familiares e conjugais. A problemática do género revela-se, pois, particularmente adequada para analisar o fenómeno coabitação.

O SIGNIFICADO DA COABITAÇÃO: TENDÊNCIAS, VALORES E REPRESENTAÇÕES

A Evolução do Fenómeno

Confrontados com a progressão rápida das uniões sem papéis, demógrafos e sociólogos interrogaram-se desde o início dos anos 70 sobre o significado real e as consequências do fenómeno – moda passageira ou mutação profunda da instituição familiar?

Louis Roussel propôs o termo «coabitação juvenil» para distinguir os novos comportamentos conjugais das situações tradicionais de concubinagem, e para sublinhar o seu carácter transitório. Os primeiros estudos indicavam, de facto, que a coabitação era uma fase transitória no processo de inserção conjugal das gerações mais jovens («casamentos à experiência», «coabitação pré-nupcial»)⁷.

O declínio contínuo do casamento-instituição e o desenvolvimento dos nascimentos fora do casamento levaram os especialistas a rever as suas conclusões: a coabitação ultrapassa as fronteiras da juventude e a fase da experimentação conjugal, as uniões informais tornam-se duráveis e susceptíveis de constituir um modo de vida conjugal alternativo ao casamento (Villeneuve-Gokalp, 1990).

Coabitação pré-matrimonial ou uniões estáveis mas livres? Apesar da dificuldade em distinguir diferentes tipos de coabitação, vários trabalhos procuram responder a esta questão e avaliar qual é actualmente a tendência predominante, se a primeira se a segunda.

Segundo Élizabéth Brown-Demonet e Jean-Yves Raulot (1991), a antiguidade do processo nos países da Europa do Norte (estando actualmente muitos países a seguir uma trajectória semelhante), bem como a forte proporção de coabitantes com 35 anos, incluindo aqueles que saídos de rupturas conjugais optam pela coabitação, impede-nos de reduzir o fenómeno a uma simples etapa no percurso familiar dos indivíduos.

⁷ Ver Louis Roussel (1978), «La coabitation juvénile en France». *Population*, 33 (1) e INED (1983) «Douzième rapport sur la situation démographique de la France». *Population*, 38 (4-5) cit. in Brown-Demonet e Raulot (1991).

Vários autores consideram que na maioria dos países europeus houve uma viragem nas características da coabitação dos anos 70 para os anos 80⁸ (Audirac, 1982; Segalen, 1981; Sullerot, 1984; Leridon e Villeneuve-Gokalp, 1988; Manting, 1994; Toulemon, 1996; Berrington, 2001, Haskey, 2001).

O primeiro período de expansão da coabitação caracteriza-se por estar associado a um baixo nível de fecundidade. Os jovens coabitantes casavam-se assim que uma gravidez se anunciava ou então quando pretendiam ter filhos. O mesmo não acontece dez anos depois, já que se observa na generalidade dos países (à excepção dos países da Europa do Sul) um forte aumento de nascimentos fora do casamento. No caso da França, e segundo Pierre-Alain Audirac (1982), um quarto dos casais formados por dois indivíduos solteiros vivem com um filho.

Com base neste tipo de indicadores⁹ podemos concluir que a coabitação deixou de ser apenas uma fase transitória para passar a ser uma relação durável que não termina necessariamente em casamento? Os resultados do inquérito «Situações Familiares» confirmam também esta tendência: até meados dos anos 70, a coabitação era para a maioria dos casais apenas um episódio na sua história conjugal, «aqueles que duravam casavam-se» (apenas 1% dos casais formados em 1975 não tinham legalizado a sua união até à data do inquérito); actualmente, o facto de 30% de coabitantes viverem juntos há mais de cinco anos (a duração média da coabitação pré-nupcial é de dois anos), «deixa supor que a coabitação não é apenas o prelúdio do casamento mas também uma forma de união que tende a substituí-lo» (Leridon e Villeneuve-Gokalp, 1988: 353).

Os estudos referidos apontam, pois, para uma mudança nas características da coabitação e constataam que um número crescente de casais coabitantes tende a instalar-se no longo termo. Casarão eles um dia? É difícil responder. Para distinguir vários tipos de

⁸ À excepção dos países como a Dinamarca e a Suécia onde desde a sua aparição o fenómeno esteve ligado ao nascimento de crianças fora do casamento, mesmo entre os jovens coabitantes (J. Trost, 1979 cit. in Bawin-Legros, 1988: 154). A ideia segundo a qual os países onde a coabitação surgiu numa primeira fase como coabitação pré-nupcial seguem actualmente a mesma trajectória do modelo «sueco» (Brown-Demonet e 1991: 276), não parece totalmente correcta, uma vez que este modelo reflecte uma situação onde a coabitação surgiu desde o início como uma união livre frequentemente associada à presença de filhos, e que perdura, ou pode perdurar, para além da idade «jovem».

⁹ A fecundidade fora do casamento é de cerca de 45% na Suécia e na Dinamarca, 20% nos Estados Unidos, 13,5% na França e 10% na Bélgica (P. Festy, 1986: 23). Dados obtidos através do “European Community Household Panel” de 1993, abrangendo 12 países da União Europeia (ver European Commission, 1996), mostram que a proporção de casais coabitantes com filhos, em relação ao total de casais com filhos, é mais alta na Dinamarca e na França, e mais baixa na Grécia, Itália e Portugal (cerca de 1% nestes dois últimos países).

coabitação e seguir a evolução do fenómeno em cada país, o ideal seria dispor de estudos longitudinais que permitissem conhecer a história matrimonial de várias gerações de coabitantes.

Quem são as pessoas que vivem em união de facto? Se de início o fenómeno afectou sobretudo as gerações mais jovens, actualmente a coabitação atinge todas as faixas etárias e categorias da população¹⁰, «principalmente as pessoas tendo um nível de estudos superiores, os habitantes das grandes cidades, os indivíduos que declaram não ter nenhuma religião e as pessoas cujo pai é quadro superior ou pertence a uma profissão liberal»¹¹.

Para compreender o significado da coabitação (supondo que este varia segundo os meios sociais), não basta tentar ver as tendências dominantes tal como elas se revelam através dos principais indicadores demográficos, é necessário ainda colocarmo-nos de um ponto de vista subjectivo e analisar os valores, as atitudes e as representações dos coabitantes face à conjugalidade e às relações entre os géneros.

A Coabitação é um Meio de Contestação do Casamento?

O que representa a coabitação para os homens e as mulheres directamente envolvidos neste tipo de união? A coabitação é um meio de contestação face aos valores fundamentais do casamento? Recusa do casamento ou indiferença?

Uma vez mais o inquérito efectuado em França em meados dos anos 80, para além da análise dos comportamentos dos coabitantes, dá-nos também indicações valiosas acerca dos seus projectos, opiniões e atitudes.

A análise dos projectos dos coabitantes quanto ao casamento, mostra que a maioria (50%) «não pensa» no casamento, que muito poucos o rejeitam (6%), e os que o desejam (43%) são aqueles que manifestam o desejo de ter um filho (Leridon e Villeneuve-Gokalp, 1988: 362). O «interesse dos filhos» é a principal motivação que leva os indivíduos a encarar a hipótese de casar. Este estudo revela que os coabitantes têm dificuldade em

¹⁰ Ver Segalen (1981); Audirac (1986a); Leridon e Villeneuve-Gokalp (1988); Bawin-Legros (1988); Kaufmann (1993). No caso dos Estados Unidos a coabitação atinge sobretudo as categorias mais desfavorecidas da população, pelo menos a avaliar pelo estudo de Elwood Carlson (1987).

¹¹ Louis Roussel e Odile Bourguignon, *Génération nouvelles et mariage traditionnel*, Paris, INED, 1979 cit. in Martine Segalen, 1981: 163.

encontrar razões «decisivas ou muito importantes» que os levem a casar. “Sem terem razões muito sérias para recusar o casamento, os coabitantes não vêm para si próprios nenhuma vantagem determinante no facto de oficializarem a sua união. Há vinte anos ainda o casamento constituía uma norma à qual era difícil escapar e aqueles que decidiam fazê-lo deviam estar fortemente motivados. Hoje não há modelo dominante (...) e a tendência está em vias de se inverter: os casais que se esforçam para justificar a sua escolha são aqueles que se casam” (op. cit: 362).

De uma maneira geral, os indivíduos que foram objecto deste estudo não manifestam uma posição marcadamente anti-institucional mas antes uma atitude aparentemente neutra e principalmente pragmática. Interrogados acerca dos seus projectos no início da união, estes são muitas vezes incertos: nem desejo de casar, nem recusa do casamento, nem projecto de ter filhos, nem recusa de os ter. Mas conforme sublinham os autores, esta forma de viver a conjugalidade não pode ser vista como sinónimo de instabilidade - «a união livre não é sinónimo de amor livre». Acontece que os coabitantes preferem deixar o futuro em aberto, pelo menos nos primeiros tempos de vida em comum. O casamento é considerado por muitos como uma mera formalidade que não vêm interesse em impor a si próprios, a menos que esta se venha a revelar vantajosa ou necessária devido a constrangimentos exteriores à relação do casal. Esta visão pragmática não está isenta de valores, já que segundo este estudo a privatização do casal é um desejo, e nalguns casos uma reivindicação, dos coabitantes.

O inquérito conduzido por Leridon e Villeneuve-Gokalp (1988) concluiu, a partir de uma análise mais detalhada incluindo a idade, o sexo, a categoria sócio-profissional, a experiência conjugal, a duração das uniões e a prática religiosa dos indivíduos, que nem todos os que vivem em coabitação partilham das mesmas concepções quanto à forma de encarar e viver a conjugalidade.

No que diz respeito à idade, o desejo de oficializar a união parece diminuir à medida que os coabitantes se tornam menos jovens. “Depois dos 30 anos os casais tendem a instalar-se na união livre, embora o casamento não seja para a maioria objecto de uma verdadeira recusa” (idem: 355). O projecto de legalizar a união recua também à medida que a duração da coabitação aumenta.

A análise incluindo a pertença dos sujeitos em termos de classe social, mostra que são os agricultores e os operários não qualificados que mais valorizam o casamento enquanto instituição já que a maioria manifesta o desejo de casar. A união livre vivida

como alternativa face ao casamento, e não apenas como uma fase de experimentação conjugal, acontece sobretudo nos casais pertencentes às classes médias dotadas de capitais escolares importantes e nos meios urbanos¹². Nas camadas intermédias o desejo de legalizar a união é ainda bastante marcado, embora a coabitação esteja também aqui amplamente divulgada, o que mostra que as representações e as práticas não são sempre coincidentes.

A religião tem ainda bastante peso nos comportamentos face à conjugalidade uma vez que apenas 3% de praticantes vivem juntos fora dos laços institucionais e, neste caso, manifestam um forte desejo em casar.

Com base na história matrimonial dos coabitantes, os autores deste estudo chegam à conclusão que “uma das consequências do divórcio é a de não deixar indiferentes ao casamento aqueles que tiveram essa experiência”: os divorciados com mais de 35 anos são sempre mais numerosos que os coabitantes solteiros a desejar casar ou então a rejeitar a ideia de casamento, e menos numerosos a «não pensar no assunto» (Leridon e Villeneuve-Gokalp, 1988: 338 e 356).

Analisando a relação entre a vontade de casar e a de ter filhos, nota-se que são os casais que decidiram ter um filho sem se casarem os que têm uma atitude menos favorável perante o casamento, tal como mostram outros estudos (Battagliola, 1986; Smart e Stevens (2000 b). Observaram-se ainda importantes diferenças de género: são os homens, mais que as mulheres, que querem casar quando pensam ter filhos. Trata-se aqui de proteger os direitos da paternidade já que em caso de separação são as mulheres que ficam normalmente com os filhos? Uma das principais conclusões a que chegou o relatório produzido pelo «Observatório Europeu sobre Políticas Familiares» foi a de que as desigualdades entre os sexos, que afectam os casados legalmente, tais como as dificuldades económicas que experimentam as mulheres que ficam com os filhos a cargo e as dificuldades dos homens em manter uma relação com os seus filhos em caso de separação, fazem-se sentir ainda com mais peso no caso da coabitação (European Commission, 1996: 35)¹³. Relativamente a este último aspecto, a coabitação apresenta-se mais desvantajosa

¹² “74 % dos quadros não pensa casar-se, mais de 60% dos diplomados de um nível superior ao BEPC e 64% dos parisienses” (op. cit.: 355).

¹³ Segundo o mesmo relatório, na Bélgica, por exemplo, é necessário que o pai obtenha autorização da mãe para que uma declaração formal reconhecendo a criança possa ser feita. O pai pode ter sérias dificuldades se a mãe recusar a confirmação da paternidade. Na maioria dos países a legislação relativa aos direitos e responsabilidades dos pais coabitantes é menos clara (à excepção

para os homens do que para as mulheres, o que poderá explicar que sejam eles a ter a iniciativa de casar quando querem ter filhos.

Existe pouco consenso relativamente ao significado sociológico do fenómeno coabitação como meio de contestação do casamento e as conclusões são muitas vezes incertas e ambíguas.

Vários autores sublinham a diversidade de concepções subjacente a este tipo de união e o facto de nem todos assumirem a coabitação como uma forma diferente, e alternativa, de viver a conjugalidade. Uma investigação realizada no Reino Unido sobre mulheres coabitantes com filhos, mostrou que enquanto metade era contra a ideia de casamento, a outra metade tinha intenções de se casar mas acabou por não o fazer por uma série de razões. As primeiras, ou eram activamente contra o casamento em termos ideológicos ou então não viam qualquer tipo de vantagem em oficializar a sua união. As mulheres que acabaram por casar referiram a segurança dos filhos como a principal razão (MacRae, 1993a). Podemos pensar que o interesse do casamento para os filhos, ou devido a questões práticas, frequentemente citado nos estudos, tende a perder importância à medida que os casais coabitantes, multiplicando-se, ganham reconhecimento social e obtêm para os seus filhos os mesmos direitos que os «filhos legítimos»¹⁴.

Jean-Claude Kaufmann (1993) distingue três tipos de abordagem a propósito da coabitação, que segundo ele se sucederam no tempo, cada uma delas por oposição à perspectiva anterior. A primeira surgiu numa primeira fase de desenvolvimento do fenómeno, e, como foi já referido, associa a coabitação a juventude, ausência de filhos e itinerários incertos. A segunda abordagem surge a partir do momento em que cresce o número de crianças nascidas fora do quadro institucional; a coabitação deixa de ser considerada apenas uma fase transitória antecedendo o casamento para passar a ser vista como um modo de vida alternativo a este. Mais recentemente, surgiu uma terceira abordagem que tende a relativizar a coabitação como forma de contestação do casamento ou modelo alternativo, considerando o facto da coabitação corresponder a diferentes sistemas de valores segundo os meios sociais. A distinção de três fases de evolução da

da obrigação da manutenção económica dos filhos), do que a legislação relativa aos casados (European Commission, 1996: 27).

¹⁴ A tendência verificada em inúmeros países para atribuir os mesmos direitos e obrigações legais do casamento à coabitação pode constituir ela própria um incentivo (pelo menos deixa de ser um entrave) ao crescimento do fenómeno. Prinz considera que o modelo legislativo adoptado em cada país tem uma forte influência, quer no desenvolvimento, quer nas características assumidas pela coabitação. Um modelo que pretenda impor os mesmos direitos e obrigações do casamento à coabitação impede que esta continue a funcionar como alternativa ao casamento (Prinz, 1995).

coabitação nas sociedades ocidentais contemporâneas é referida por Manting (1996), que estuda o fenómeno na Holanda, e por Prinz (1995) que estuda a coabitação em 10 países europeus.

Na perspectiva de Jean-Claude Kaufmann, todas essas interpretações («coabitação juvenil», «alternativa ao casamento» e «modelos diversificados»), não devem ser vistas como incompatíveis entre si. A coabitação é diversificada na medida em que responde a diferentes motivações consoante a idade e a posição social e cultural dos protagonistas, mas inscreve-se num processo central “caractérisé par un report des engagements et une expérimentation informelle du couple, pouvant parfois déboucher sur un refus durable de l’institution” (Kaufmann, 1993: 53). O autor defende a ideia de que o essencial da evolução actual das formas conjugais se deve à formação, ou instalação, progressiva e controlada do casal («le couple à petits pas»). Para ele, deu-se demasiada importância ao indicador casamento (ou recusa do casamento), na medida em que essa oposição ocupa um lugar secundário na vida quotidiana das pessoas directamente envolvidas nas transformações conjugais actuais.

Concordemos ou não com a perspectiva de Kaufmann, a questão de saber se a coabitação é um modo específico de viver a dois que tem implícito (ou explícito para uma minoria de «militantes»), uma certa contestação face ao casamento tradicional, e aos valores a ele associados, não deixa de ser pertinente. Esta questão pode ser analisada de duas maneiras: através da comparação entre casados e não casados, e segundo a pertença social e sexual dos indivíduos que vivem em coabitação.

Trabalhos realizados no âmbito da sociologia da família mostram que, de uma maneira geral, nas sociedades ocidentais, mais que uma inversão total dos valores associados ao casamento, o que existe é uma maior relativização e flexibilização dos valores e normas que orientam a relação do casal. Neste aspecto, Portugal acompanha as tendências verificadas noutros países, situando-se os protagonistas dessas mudanças, ao nível dos valores sobre a família e as relações de género, principalmente entre as classes médias escolarizadas (Almeida *et al.*, 1998).

Uma investigação realizada na Suíça dirigida por Jean Kellerhals, encontrou diferenças significativas entre coabitantes e não-coabitantes quando se efectua o cruzamento com o estatuto sócio-profissional dos indivíduos, em particular com o seu capital escolar. Os indivíduos que vivem em coabitação e que têm um nível de estudos superiores mostram-se, comparativamente com os casados, mais flexíveis e

“contestatários” face aos valores fundamentais do casamento tais como a perenidade e a fidelidade (Kellerhals *et al.*, 1982).

Independentemente da situação conjugal dos indivíduos (casados ou juntos), os resultados da investigação “Infidelidade conjugal – classe social e género” (Santos, 1995), indicam que a adesão aos valores e às representações tradicionais ligados ao casamento, nomeadamente a fidelidade, é mais forte nos grupos com mais fracos capitais económicos e simbólicos, ou seja, nos grupos que adoptam formas de conjugalidade de tipo fusional, como é nitidamente o caso dos operários. Inversamente, é nos grupos com maiores rendimentos e capital escolar, como é o caso do grupo dos licenciados, e que aderem a modelos e estilos de conjugalidade mais diversos (que se distanciam do modelo fusão), que encontramos a crença mais acentuada na autonomia do indivíduo face aos constrangimentos do casal, e uma maior flexibilidade relativamente aos valores e às normas de fidelidade conjugal.

Tal como o casamento corresponde a diferentes sistemas de valores e representações, também o significado da coabitação varia consoante os meios sociais e a categoria sexual de pertença dos indivíduos.

Bernadette Bawin-Legros coloca em evidência a relação entre tipos de coabitação, classe social e género. A autora chega à conclusão, com base em alguns trabalhos por ela referenciados, que a coabitação encarada apenas como uma fase de transição precedendo o casamento e a constituição de uma família é mais frequente nas classes populares que na burguesia e nos jovens do sexo masculino do que nas mulheres (1988:163).

Os resultados da investigação (Santos, 1995), que procurou relacionar diferentes representações acerca da infidelidade e da relação do casal com classe social e género, mostram também que as classes populares, em particular os operários, têm um modelo de conjugalidade onde as dimensões institucionais surgem bastante salientes comparativamente com os outros dois grupos analisados (classes médias assalariadas)¹⁵. Relativamente às diferenças entre os sexos, os homens tendem a respeitar mais a ordem “normal” dos acontecimentos que diz que a instalação profissional deverá preceder o casamento e a paternidade devido à persistência da assimetria de papéis sexuais no seio da família, conforme ficou também demonstrado no trabalho anteriormente referido. Este indicou uma clara oposição entre as concepções de conjugalidade dos homens e das

¹⁵ Foram objecto de análise no âmbito deste estudo, para além do grupo dos operários, o grupo dos licenciados (Pequena Burguesia Intelectual e Científica) e um grupo intermédio (Pequena Burguesia Assalariada Sem Licenciatura).

mulheres. A análise orientada segundo a problemática do gênero mostrou-se pertinente para interpretar essas diferenças, que se traduziram na saliência dada, por parte dos homens, aos aspectos instrumentais e aos valores e normas que orientam a relação do casal, e na valorização, por parte das mulheres, dos aspectos afectivos e emocionais da relação conjugal. Os homens em geral têm uma visão mais normativa e institucional da conjugalidade, o que poderá explicar que sejam eles, mais que as mulheres, a querer casar após um período de coabitação.

A Coabitação Constitui um Modo de Vida Específico?

Esta questão desdobra-se em outras tantas interrogações, algumas já enunciadas no início deste capítulo: existem diferenças significativas entre as relações dos coabitantes e dos casados legalmente? Aqueles que vivem em união livre têm representações sobre o amor e a relação do casal diferentes daqueles que se casam? As uniões informais exprimem o desenvolvimento de novas relações entre os géneros?

Mais uma vez não existe consenso entre os autores. Enquanto uns tendem a considerar a coabitação fora do casamento um modo de vida específico (Sarma, 1985; Bawin-Legros, 1988; Villeneuve-Gokalp, 1990), outros (Kaufmann, 1993) tendem a negar a existência de especificidades, considerando que são poucas as diferenças entre coabitantes e casados.

Christopher Prinz (1995), ao analisar a relação entre o desenvolvimento da coabitação e a influência da legislação produzida pelos diferentes países europeus, considera que a distinção entre as uniões informais e o casamento legal tende a diminuir. Isso acontece não tanto porque a coabitação se tornou mais parecida com o casamento mas, ao contrário, porque o casamento assume cada vez mais características da coabitação devido à crescente autonomia dos membros do casal, individualização, independência e negociação das interações conjugais em detrimento de regras, papéis e responsabilidades fixados *a priori*.

Comparando as duas populações (as pessoas casadas e os coabitantes), parece ser possível observar um comportamento específico por parte daqueles que vivem em casal de maneira informal. Os coabitantes são menos frequentemente proprietários das suas casas e

equipam-nas menos (Sarma, 1985), tendem a respeitar mais as aspirações e as relações pessoais de cada um dos parceiros, sentem-se mais livres face aos constrangimentos do casal e partilham de forma mais igualitária as tarefas domésticas (Bawin-Legros, 1988; Singly, 1986a). A igualdade na conjugalidade e a autonomia de cada um face ao nós-casal são pressupostos teóricos, cúmplices de uma interpretação modernista do fenómeno coabitação, presentes nos trabalhos de vários autores (Bouzon, 1991a; Roussel, 1986 e 1989).

A questão da estabilidade conjugal é também um dos aspectos frequentemente abordados. Comparando casados e coabitantes com base no mesmo tipo de indicadores, como por exemplo o número médio de uniões e a sua duração, os estudos chegam a conclusões divergentes. A análise do inquérito «Situções Familiares» indica que viver em casal fora dos laços institucionais não é sinónimo de instabilidade e falta de permanência nas relações familiares (Leridon e Villeneuve-Gokalp, 1988: 340). Em relação à mesma realidade mas utilizando desta vez uma fonte secundária, o “Dix-Neuvième Rapport” (1990) sobre a situação demográfica em França, outros autores consideram as uniões dos coabitantes mais frágeis que as dos casados legalmente (Bonvalet e Lelièvre, 1991: 249).

A par do estudo dos comportamentos, uma das dimensões importantes na análise do estilo de vida dos coabitantes diz respeito às representações.

O inquérito longitudinal realizado pelo INED em 1985, junto de quatro mil indivíduos de idades entre os 21 e os 44 anos, mostra que as uniões dos coabitantes são bastante heterogéneas, quer em relação às atitudes e comportamentos face ao casamento, quer do ponto de vista das representações sobre a relação do casal (Leridon e Villeneuve-Gokalp, 1988 e Villeneuve-Gokalp, 1990). Apesar de haver alguma ambiguidade nas comparações efectuadas, este estudo tem a vantagem de distinguir não apenas coabitantes e casados mas também várias categorias de coabitantes.

A análise revela que os coabitantes que acabaram por casar têm opiniões mais próximas dos que casaram sem coabitação prévia do que dos coabitantes que se mantêm juntos sem laços legais. Ambos são sensíveis às vantagens materiais do casamento, uma vez que um número significativo é de opinião que este poderá «tornar a vida quotidiana mais prática» e «oferecer mais segurança à esposa». As pessoas que casaram, quer directamente, quer após um período de coabitação, têm também em comum o facto de se sentirem pouco preocupadas com os inconvenientes relacionados com o carácter

institucional do casamento, tais como «transformar inutilmente um assunto privado num acto oficial» e «tornar mais difícil uma ruptura eventual».

A maioria dos coabitantes distancia-se, contudo, daqueles que nunca viveram em coabitação na medida em que consideram o casamento inútil para «preservar o laço amoroso» e para «provar ao outro que o amam verdadeiramente» (Villeneuve-Gokalp, 1990: 268). Entre os coabitantes, aqueles que excluem os aspectos institucionais da relação do casal de forma durável parecem ser também os que mais valorizam as dimensões expressivas da relação, enquanto que aqueles que vivem a coabitação como «casamento de ensaio» tendem a dar mais importância aos aspectos instrumentais da união conjugal, ligados à sobrevivência e à manutenção económica da família.¹⁶

Interrogados quanto aos inconvenientes do casamento (Leridon e Villeneuve-Gokalp, 1988: 361), o principal entre eles é o tornar mais difícil uma ruptura eventual. O que se depreende da avaliação que os coabitantes fazem dos constrangimentos do casamento é de que de uma maneira geral eles também existem na união livre, sendo a este nível a coabitação e o casamento equivalentes. O compromisso de fidelidade é aceite por mais de metade dos coabitantes; o mesmo acontece em relação a «tomar um compromisso de longa duração». Os coabitantes não concordam com a opinião que «casar é renunciar a uma parte da sua liberdade», provavelmente porque esta é uma ideia que não corresponde à sua concepção de casal.

Parece poder concluir-se que em muitos aspectos, e de um ponto de vista subjectivo, tendo em conta a opinião das pessoas directamente envolvidas neste tipo de união, o casamento sem papéis não se distingue do casamento legal. No entanto, para os coabitantes em geral, incluindo aqueles que casaram após um período de vida em comum, parece estar em jogo a questão da privatização dos afectos, muito mais do que em relação àqueles que entraram na conjugalidade através do casamento. O recurso à instituição, quando acontece, é vivido apenas como uma formalidade prática. A ideologia do casamento de amor (Giddens, 1992), intimamente ligada à história do desenvolvimento no

¹⁶ “As vantagens práticas e materiais de uma união oficial (como por exemplo «oferecer mais segurança material à esposa»), tiveram para aqueles que casaram após um período de coabitação prévia tanta importância como «o interesse dos filhos»; ao contrário dos primeiros, para os coabitantes (no seu conjunto), aqueles aspectos raramente são suficientes para justificar um casamento” (Leridon e Villeneuve-Gokalp, 1988: 360). No artigo de 1988, os autores analisam apenas os coabitantes; no segundo artigo (Villeneuve-Gokalp, 1990), a análise das representações é feita através da comparação entre coabitantes «ainda em coabitação», coabitantes «casados após coabitação» e «casados sem coabitação prévia». Daí resulta alguma descoincidência e ambiguidade na análise dos dados obtidos.

Ocidente das novas formas familiares que emergiram com o capitalismo, atinge aqui o seu máximo, a ponto de tornar dispensável o próprio casamento. Para quê – conforme assinala Roussel (1989) na sua análise sobre modelos de conjugalidade – dar um conteúdo jurídico a uma união cuja forma de solidariedade não se pode dever a um constrangimento externo e impessoal mas sim à singularidade da relação amorosa? Para os mais radicais, dar um conteúdo formal a uma relação de amor privada seria até uma hipocrisia. Para os indivíduos que se casam directamente sem coabitação prévia os ideais de amor romântico e o casamento-instituição não são apenas compatíveis como surgem ainda fortemente ligados. Ao contrário destes, a generalidade dos coabitantes não pensa, como vimos, que o casamento protege a ligação afectiva ou que ele possa ser uma prova de amor.

Será a coabitação uma tentativa de conciliar, pelo menos simbolicamente, individualismo e fusão conjugal? Estes são ideais e valores que segundo alguns comentadores atravessam contraditoriamente a conjugalidade contemporânea. Os coabitantes salientam o primado da relação amorosa mas reivindicam ao mesmo tempo a autonomia do indivíduo. A coabitação pode ser interpretada como expressão, e consequência, da privatização do casal. Esta é uma tendência histórica assinalada pelos sociólogos da família (Kellerhals, 1987; Roussel, 1989), como estando na base das principais transformações ao nível das práticas, representações e valores sobre a família e a conjugalidade.

Em «Mariage au Quotidien», Jean Kellerhals retrata a história do desenvolvimento no Ocidente do ideal de amor romântico (a ideia de felicidade surge associada à ideia de casamento por amor), e de uma representação da família e do casal como lugar privilegiado de existência e de realização pessoal. O ideal do amor romântico, sublinha Roussel (1980), implica uma partilha integral dos diversos domínios da vida quotidiana. Contudo, o indivíduo deseja ao mesmo tempo, nas condições actuais, realizar-se no casal e subtrair-se aos seus constrangimentos (Kellerhals, *et al.*, 1982: 29-39).

Antes de concluir este capítulo, onde procurámos confrontar o tema desta investigação com o estado actual dos conhecimentos sobre a matéria, gostaríamos ainda de examinar a última questão colocada – a de saber se os casais que vivem em união livre têm um comportamento específico – à luz da problemática do género.

Vários estudos, quer americanos (Glick e Spanier, 1980), quer europeus (Battagliola, 1986 e 1988; Singly, 1984a e 1986a), apontam para a existência de uma renegociação, e inovação, dos papéis masculinos e femininos por intermédio da coabitação.

Esta manifesta-se a vários níveis, nomeadamente através da possibilidade dos recursos das mulheres serem valorizados no mercado de trabalho de maneira idêntica aos dos homens, na repartição dos trabalhos domésticos e na escolha do cônjuge.

O estudo de Glick e Spanier realizado nos Estados Unidos, mostra que a divisão não tradicional do trabalho entre os sexos caracteriza sobretudo os casais coabitantes. Comparativamente com os casados, os casais que vivem em união de facto apresentam níveis bastante superiores de actividade profissional das mulheres, e uma repartição das tarefas domésticas mais flexível e indiferenciada segundo os sexos (Glick e Spanier, 1980)¹⁷. Inquéritos realizados em França nos anos oitenta apontam para as mesmas tendências (Singly, 1986a).

A hipótese de que os coabitantes formam um grupo específico de indivíduos mais propensos a rejeitar os valores tradicionais da família vai de encontro à perspectiva de que a coabitação constitui um estilo de vida alternativo ao casamento. Esta hipótese (“the selectivity hypothesis”) é defendida por Teachman e Polonko (1990) que sugerem que não é a experiência da coabitação que torna os coabitantes singulares mas as suas características e disposições prévias. Os coabitantes, como parecem mostrar alguns estudos norte-americanos, sentem-se menos comprometidos nas suas relações ou estão menos predispostos a assumir um compromisso de longa duração, em comparação com os casados (Teachman e Polonko, op. cit; Booth e Johnson, 1988¹⁸) e opõem-se de forma mais veemente à ideia de continuar uma relação caso esta seja insatisfatória (Axinn e Thornton, 1992; Bumpass e Cherlin, 1991).

De acordo ainda com as pesquisas realizadas por Sweet e Bumpass (1990)¹⁹ nos Estados Unidos, os coabitantes tendem igualmente a ter atitudes mais igualitárias quanto aos papéis de género do que os não-coabitantes.

Tendo como pano de fundo toda esta discussão, Zheng Wu conclui a propósito dos coabitantes canadianos que estes não se distinguem dos casados quanto a uma partilha mais equitativa do trabalho doméstico. Recorrendo a análises descritivas e multivariadas

¹⁷ Ver também, a propósito dos Estados Unidos, Stafford, R., E. Backman, P. Dobona (1977), The division of labor among cohabiting and married couples. *Journal of Marriage and the Family*, 39: 43-57 cit. in Singly, 1986 a: 56.

¹⁸ Cf. Booth, Allan e David Johnson (1988), Premarital cohabitation and marital success. *Journal of Family Issues*, 9: 255-72 cit. in Wu (2000): 105.

¹⁹ Cf. Sweet, James e Larry Bumpass (1990), Young adults view of marriage, cohabitation and family. Paper prepared for conference on Demographic Perspectives on the American Family: Patterns and Prospects, Department of sociology, University of New York, cit. in Wu, 2000: 124.

dos dados do inquérito de 1995 (General Social Survey), observa que as mulheres, independentemente do estatuto da união, realizam sempre um maior número de tarefas e gastam mais tempo com o trabalho doméstico (Wu, 2000: 136-143).

No que diz respeito à escolha do cônjuge, a coabitação parece estar ligada a uma certa inovação nas relações entre os sexos e nas regras de troca e transmissão social.

Os estudos que abordam este tema (Bozon e Héran, 1987 e 1988²⁰ cit. in Segalen, 1999: 146-148), tendem a mostrar que tal como o casamento tradicional a coabitação continua a ser fortemente homogâmica, isto é, mantém-se a tendência para escolher um parceiro da mesma condição social. Neste sentido, como afirma Martine Segalen (1981), as uniões sem papéis não são portadoras de desordem social. Apesar disso, é possível constatar algumas diferenças tendo em conta o estatuto sócio-profissional das mulheres.

Segundo Pierre-Alain Audirac, a união livre é mais frequente entre os casais atípicos, isto é, naqueles em que a mulher tem um estatuto superior ao homem (Audirac, 1986a: 13). A partir dos dados fornecidos pelo INSEE, o autor observa, por exemplo, que a proporção de mulheres coabitantes que têm um cônjuge estudante é quatro vezes maior que entre as mulheres casadas (Audirac, 1982). François de Singly, explorando os mesmos dados, salienta ainda o facto da mobilidade social ascendente para as mulheres em geral ser mais frequente por via do casamento do que por via da coabitação (Singly, 1986a e 1986 b)²¹.

Um estudo realizado na Bélgica mostrou também uma ligeira superioridade social das mulheres coabitantes dentro das categorias dos quadros médios, superiores e profissões liberais (Bawin-Legros e Sommer, 1986 cit. in Bawin-Legros, 1988: 166).

Entre as mulheres coabitantes, parecem ser sobretudo as que possuem um capital escolar elevado ou que pertencem às classes superiores aquelas que mais facilmente transgridem as regras associadas à homogamia social.

Para Pierre Audirac, a norma segundo a qual no casal o homem deve ter um estatuto superior ou pelo menos igual ao da mulher, coloca as mulheres com maiores recursos em desvantagem face ao mercado matrimonial. Este é muito mais estreito para

²⁰ Cf. Bozon, Michel e François Héran, *La Découverte du Conjoint*, Population, nº6, 1987 e nº1, 1988.

²¹ Na categoria de mulheres quadros médios, 21% de casadas vivem com um quadro superior e apenas 12% de coabitantes; 18% das primeiras e 26% das segundas vivem com um operário (Fonte: Inquérito do “Institut National de la Statistique et des Études Économiques” – INSEE).

estas mulheres do que para aquelas que têm um estatuto sócio-profissional inferior (Audirac, 1986a: 29).

Bernadette Bawin-Legros, dá-nos uma interpretação diferente para o facto das mulheres coabitantes escolherem frequentemente um parceiro com um estatuto social inferior ao seu. Trata-se antes de uma estratégia das mulheres, na medida em que estas fazem depender o seu estatuto e mobilidade social não da escolha do cônjuge mas dos seus recursos escolares e profissionais. Mesmo quando a coabitação significa uma mobilidade descendente, ela testemunha, ainda mais, segundo a autora, a vontade de autonomia das mulheres que pretendem fazer valer os seus atributos e capitais adquiridos fora da aliança conjugal (Bawin-Legros, 1988). O projecto de vida destas mulheres não passa exclusivamente pela esfera doméstica, já que outros investimentos (profissionais, escolares, culturais), concorrem com os investimentos feitos na família e na conjugalidade.

A não-inscrição num quadro institucional parece ser acompanhada pela importância dada à autonomia de cada um dos membros do casal, por uma maior flexibilidade e negociação do funcionamento conjugal e por uma recusa dos papéis tradicionais atribuídos a cada um dos sexos.

A coabitação não é apenas um modo (informal) de entrar em casal e viver a conjugalidade, ela exprime o estabelecimento de novas relações entre os géneros. Neste sentido, as uniões sem papéis parecem conter algumas especificidades, quer ao nível comportamental, quer representacional, que as distinguem do casamento tradicional.

CAPÍTULO 2

PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE O CASAMENTO E A COABITAÇÃO

Os objectivos desta investigação delimitam um campo de conhecimentos das ciências sociais que vão desde a sociologia, a antropologia e a psicologia social à história e à demografia. Apesar de privilegiarmos a selecção de perspectivas sociológicas, não é possível deixar de reconhecer o contributo de outras áreas disciplinares quando o que está em causa – a família – constitui um objecto de estudo transversal com implicações em diversos domínios do social.

Antes de centrar a análise na diversidade contemporânea de estilos de vida conjugal, gostaríamos de fazer uma incursão nas «origens» das representações familiares e conjugais cujo desenvolvimento histórico está, como se sabe, intimamente ligado à história do nascimento da família nuclear moderna e à discutida passagem de um modelo de casamento comandado pela «razão» a um outro modelo em que predomina o «amor-paixão».

Tal como refere Bozon (1991a) em “Le mariage: montée et déclin d’une institution”, a institucionalização do casamento tem uma história assim como a sua desinstitucionalização. A história da coabitação, entendida como a união de duas pessoas que vivem na mesma casa (com ou sem filhos), e que mantêm entre si uma relação afectiva e sexual sem recurso a um vínculo formal juridicamente confirmado¹, deve ser vista como

¹ Esta definição de coabitação foi adaptada de uma outra sugerida por Christopher Prinz: “Cohabitation is usually defined as the status of couples who are unmarried, sexual partners sharing the same household”. O autor é o primeiro a reconhecer que a definição é em si mesma problemática na medida em que não existe nenhum critério objectivo suficientemente válido para determinar se “a cohabiting unmarried couple lives close enough to be considered husband and wife” (Prinz, 1995: 8-9). Por sua vez, o historiador Flandrin, a propósito da concubinação nas sociedades europeias entre o fim da Idade Média e o fim do séc. XVIII, acrescenta-lhe a ideia de

parte integrante da história da família e do casamento. As uniões informais inserem-se num movimento, com raízes antigas, que é o da institucionalização das relações conjugais e num outro, mais recente, que é o da sua desinstitucionalização. Este último manifesta-se, ao nível dos comportamentos, através do recuo da nupcialidade e do aumento da coabitação e, ao nível simbólico, através da valorização da dimensão afectiva e comunicacional da relação do casal versus desvalorização dos seus aspectos formais e normativos. A mudança no universo das práticas e das representações no que diz respeito à conjugalidade revela o impacto dos grandes processos de transformação histórica de sentimentalização e privatização da vida familiar nas sociedades ocidentais. A coabitação é inseparável das transformações que afectaram a família e o papel da mulher ao longo do tempo, participando na redefinição das relações entre os géneros e entre sexualidades, afectos, moral, fecundidade e instituição do casamento.

Na Europa Ocidental, a «idade de ouro» do casamento, que atravessou a década de sessenta e princípios dos anos setenta – considerado, também, até essa altura, o modelo dominante para a maioria das pessoas – foi banida, a ponto de alguns autores falarem de uma segunda transição demográfica (Bandeira, 1996; Lesthaege², 1992 cit. in Prinz, 1995). A difusão da coabitação surge como contraponto ao declínio do casamento legal dos últimos trinta anos. No entanto, a coabitação não é um fenómeno novo nas sociedades ocidentais, antes pelo contrário, trata-se de uma prática com uma longa tradição. Antes do início da década de 70, encarada como sinalizadora do ponto de viragem na história recente da coabitação, as uniões informais dificilmente encontravam eco nas estatísticas e eram também pouco visíveis fora das comunidades locais. Vários autores são unânimes em considerar que não existe, contudo, uma continuidade directa entre formas antigas e formas modernas de coabitação, entre o passado e o presente (Giddens, 2000: 207; Kiernan e Estaugh, 1993). Segundo Kiernan e Estaugh³, a coabitação era mais frequente entre os grupos pobres da população, entre aqueles que após uma ruptura conjugal não conseguiam obter o divórcio, estando assim impedidos de casar de novo e, ainda, entre os grupos minoritários que eram ideologicamente contra o casamento. Hoje em dia, a coabitação que

duração e a da função de reprodução biológica da família: “A concubinação é, como o casamento, uma união relativamente duradoura, que permite criar os filhos procriados” (Flandrin, 1995: 193).

² Cf. Lesthaege, R. (1992), *The Second Demographic Transition in Western Countries: An Interpretation*, IPD-Working Paper, Brussels, Belgium.

³ As autoras estudam o fenómeno na Grã-Bretanha e na Europa, começando por fazer a ponte entre o passado e o presente. Ver em especial o 1º capítulo “The Genesis of Cohabitation and Extra-Marital Childbearing” in op. cit.: 5-10.

constitui o centro de interesse dos estudiosos não é o mesmo fenómeno de há 30 ou 40 anos atrás, na medida em que adquire um novo significado e atinge todos os grupos sociais. A coabitação expandiu-se entre a população de adultos jovens que entram na conjugalidade pela primeira vez e vivem esta forma de união como uma transição para o casamento ou como uma alternativa ao casamento. Com o aumento do divórcio aumentaram também as uniões informais entre casamentos ou como alternativa ao recasamento.

A história da institucionalização do casamento nas sociedades ocidentais é descrita por vários autores, desde sociólogos e demógrafos a historiadores das mentalidades (Ariès, 1973 e 1983; Bandeira, 1996; Flandrin, 1983 e 1995; Giddens, 1992; Goody, 1995; Segalen, 1999; Shorter, 1997).

A análise histórica, e também antropológica, permite uma percepção da família nuclear moderna centrada no casal como um fenómeno não universal e simultaneamente resultante de longos e complexos processos de mudança a nível das mentalidades e das estruturas sociais dotados de uma historicidade própria.

Saber que “nem sempre foi assim” ou que “não é” em muitas das sociedades actuais dá-nos um olhar mais questionador ou, pelo menos, mais atento às mudanças.

Nas sociedades ocidentais o casamento, base da família conjugal, está associado à monogamia. A lei proíbe que uma mulher ou um homem sejam casados com mais que um indivíduo em simultâneo. No entanto, a monogamia não é o tipo mais comum de casamento no mundo, como pretendeu demonstrar Georges Murdock através de um estudo comparativo de 565 sociedades, das quais 80% permitiam a poligamia (Murdock, 1949 cit. in Giddens, 1989).

Tendo em conta a elevada taxa de divórcio actualmente observada nos Estados Unidos e na generalidade dos países europeus, alguns autores consideram que o padrão de casamento moderno deve ser visto na perspectiva da monogamia sequencial (“serial monogamy”). O facto do casamento monogâmico indissolúvel ser a forma de referência jurídica e social dominante, não impede que um número significativo de indivíduos se envolva em relações sexuais e afectivas com outros indivíduos para além dos seus cônjuges, nem que por essa via sejam postas em causa as formas sociais dominantes de organização da relação do casal ou completamente abalado o ideal do amor romântico.

A ideia de amor romântico ou de amor-paixão é uma invenção das sociedades ocidentais que nunca existiu noutras culturas (Rougemont, 1982),⁴ e como mostram outros autores (Giddens, 1995), está muito ligado à nova organização familiar que emerge com o capitalismo.

Na perspectiva do sociólogo Anthony Giddens, o amor romântico, culturalmente muito mais específico, e distinto do amor apaixonado, deve ser encarado como uma ideologia ou “uma força social”, cujo desenvolvimento ajudou a criar as modernas relações familiares, afectando o casamento e as relações de género.

Giddens, que procura ligar os grandes processos de transformação social aos contextos da vida pessoal, nomeadamente no que se refere à situação das mulheres, considera que “o nascimento do complexo do amor romântico tem de ser entendido a partir de diferentes níveis de influências que afectaram as mulheres desde os finais do século XVIII. Um foi a criação da casa, uma referência permanente. Outro foi a mudança de relações entre pais e filhos. Um terceiro foi aquilo que alguns chamaram a «invenção da maternidade»” (op. cit.: 28).

Muitos dos conteúdos simbólicos associados ao feminino e ao masculino, amplamente partilhados por ambos os sexos, e que os estudos sobre as representações de género demonstraram serem não apenas diferentes mas assimétricos (Amâncio, 1994), aparentemente universais e a-históricos têm, na verdade, origem neste período e no conjunto de ideias que Giddens chama o complexo de amor romântico. Sem o explicitar directamente, esta interpretação é sugerida pelo autor em diversas passagens: “A idealização da mãe constitui um fio condutor da construção moderna da sexualidade e alimentou indubitavelmente de forma directa alguns valores então propagandeados sobre o amor romântico. (...) A ideia de que cada sexo é um mistério para o outro [*reforçada com a separação entre esfera doméstica e esfera pública*] é antiga e foi representada de modos

⁴ Cf. Denis de Rougemont, *O Amor e o Ocidente*, Lisboa, Morais Editores [*1ª edição, 1968*]. Giddens discorda da ideia de que amor romântico e amor-paixão sejam dois conceitos equivalentes. Para este autor, o amor-paixão “é um fenómeno mais ou menos universal” enquanto que o amor romântico é um fenómeno específico das sociedades europeias nascidas da revolução industrial, e portanto, historicamente datado. O amor romântico, diz-nos Giddens, “que se fez sentir a partir de finais do século XVIII, incorporou elementos de amor-paixão, tornando-se, contudo, distinto (...). Concebido do ponto de vista da ordem e do dever social, ele [*o amor apaixonado*] é perigoso. Dificilmente surpreende que o amor apaixonado nunca tenha sido considerado uma base necessária ou suficiente para o casamento e que, na maior parte das culturas, tenha sido visto como refractário” (op.cit.: 25-26).

diferentes em diferentes culturas. O elemento distintivamente novo foi a associação da maternidade com a feminilidade enquanto qualidades da personalidade” (idem: 29).

O significado da feminilidade passou a estar dependente de um contexto específico – o espaço privado da família e dos sentimentos – e de uma função específica, a maternidade. Ao contrário do significado da masculinidade que reúne traços mais amplos e diversificados, ser mulher encontra limites mais estreitos (Amâncio, 1993).

No que toca à formação dos estereótipos sobre a sexualidade feminina e masculina crê-se, ainda hoje, que existem diferentes necessidades e desejos sexuais segundo os géneros, sendo as mulheres mais passivas e os homens mais activos. A expressão da sexualidade masculina é mais forte e mais difícil de controlar o que leva os homens a tomarem a iniciativa enquanto que a sexualidade das mulheres é expositiva e reactiva – espera-se que as mulheres sejam o mais atractivas possível sem serem sexualmente activas (Bilton, *et al.*, 1981:179). Pensa-se ainda, de acordo com as representações de género, que o comportamento sexual masculino é motivado pela procura do prazer intrínseco e o das mulheres é um meio de exprimir sentimentos e ganhar afeição. É ainda porque se julga que as mulheres têm um comportamento tipicamente expressivo, orientado para o “outro” e de tendência fusional, que se poderá esperar que elas adoptem nas relações íntimas atitudes fusionais (sexualidade mais afectividade). Porém, é este amor completo que é julgado mais autêntico (Béjin, 1983:178-179). O amor romântico, esse misto de sexualidade e de sentimentos é, fundamentalmente, o amor no feminino (Giddens, 1995: 29).

Todas essas imagens e recursos simbólicos ao dispor dos homens e das mulheres, e com os quais eles constroem a sua identidade sexual, se por um lado actualizam as posições desiguais que os homens e as mulheres ocupam nas relações de género, por outro, servem para legitimar as relações de dominação entre os dois sexos. A propósito dessa ligação particular, construída no essencial ao longo séc. XIX, entre amor e género, funcional em termos de papel feminino e uma forma de controlo sobre a sexualidade das mulheres, Giddens refere: “O carácter intrinsecamente subversivo do complexo do amor romântico foi durante muito tempo contido pela associação do amor com o casamento e a maternidade; e pela ideia de que o amor verdadeiro, uma vez encontrado, era para sempre. Enquanto o casamento era para muitos efectivamente para sempre, a congruência estrutural entre o amor romântico e a parceria sexual era claramente distinta⁵. (...) Apesar disso, um

⁵ Para os homens, as tensões entre os objectivos de realização individual e uma concepção de amor de longo prazo que implica reciprocidade de sentimentos e exclusividade sexual foram

casamento efectivo, mesmo que não particularmente compensador, podia manter-se por meio da divisão sexual do trabalho, sendo o domínio do marido o da actividade remunerada e o da mulher o da casa. Podemos ver quão importante era, a este nível, o acantonamento da sexualidade feminina ao casamento (...)” (op.cit.:31).

Mas o que aconteceu aos homens desde o início das principais transformações que afectaram o casamento e a vida pessoal? De que maneira os novos ideais de amor influenciaram o comportamento masculino? Giddens descreve em traços largos a sua relativa exclusão da esfera privada em contraste com o protagonismo crescente das mulheres que passaram a liderar as transformações da intimidade. Centrados no mundo do trabalho e preocupados com as compensações materiais e/ou a aquisição de estatuto na esfera pública, os homens desenvolveram apenas, na sua relação com o amor romântico, as técnicas de sedução ou de conquista⁶. O que Giddens parece querer dizer é que a afirmação da virilidade masculina através dos imperativos da sedução e, mais profundamente, a dominância do género masculino, impediu os homens de beneficiar das novas possibilidades abertas pelo amor romântico no campo da intimidade. O romântico, nesta situação, não trata as mulheres como suas iguais, “nem é alguém que compreendeu a natureza do amor como uma forma de organizar a vida pessoal relativamente à colonização do futuro e à construção da auto-identidade” (idem: 40).

O conjunto de «materiais simbólicos» e disposições psicológicas com que as mulheres constroem a sua identidade pessoal, ao mesmo tempo que contribuiu para a subjugação do sexo feminino fez também das mulheres, na acepção de Giddens, as pioneiras, ou as revolucionárias, da modernidade no que toca ao domínio crescente da intimidade. Nas condições actuais da modernidade avançada, são também elas as principais responsáveis pela emergência do «amor confluyente⁷», que tende a substituir o

resolvidos separando a esfera da família e da conjugalidade da sexualidade da amante ou da prostituta. Para as mulheres, divididas entre «castas» ou «respeitáveis» e «impuras», o amor romântico não lhes deu essa saída.

⁶ Para a maior parte dos homens, “as conexões entre amor romântico e intimidade foram suprimidas e ficar apaixonado passou a estar intimamente ligado ao acesso às mulheres [as «respeitáveis» e «casáveis»]. Os homens tenderam a ser “especialistas no amor” apenas nas técnicas de sedução ou de conquista” (op.cit.: 40). Aqueles cujo comportamento revelava uma maior influência do amor romântico eram mal vistos. O «romântico» era considerado “um afectado sonhador” que sucumbiu “ao poder feminino” (idem).

⁷ Amor confluyente, e não mais romântico, que se rege por impulsos igualitários em vários domínios, desde a sexualidade e reciprocidade dos sentimentos ao trabalho e vida conjugal (ver em especial os capítulos “Amor romântico e outras afeições”, pp. 25-31, “Amor, compromisso e a relação pura”, pp. 33- 43 e “A intimidade como democracia, pp. 127-140 in Giddens, 1995).

amor romântico, cúmplice de uma maior democratização das relações familiares. Giddens defende claramente que no processo de democratização da esfera privada as mulheres tiveram, e têm, o papel principal, não só na área da sexualidade e da conjugalidade mas também nas relações pais-filhos e em outros contextos da vida pessoal⁸.

Dominação masculina e privação feminina, poder dos dominados e dos dominantes, ligam-se ao complexo do amor romântico de forma dialéctica e contraditória: “As ideias sobre o amor romântico estavam plenamente aliadas à subordinação das mulheres e à sua relativa separação do mundo exterior. Mas o desenvolvimento destas ideias constituiu também uma expressão do poder feminino, uma asserção contraditória de autonomia face à privação” (idem).

Em suma, as dimensões potencialmente perturbadoras do amor romântico foram finalmente libertadas por força da emancipação das mulheres e da crescente dissociação do casamento (concebido sob a égide do romantismo como uma união «para sempre», «única e exclusiva») com o amor, a sexualidade e a maternidade. O amor romântico tende hoje a dissolver-se sob o impacto da emancipação sexual e da autonomia feminina e, por outro lado, perdeu parte da sua eficácia para confinar as mulheres aos limites da domesticidade devido à quebra de conexão entre realidades dantes inexoravelmente ligadas.

Mas voltemos ao período de transição que nos ocupa, não para traçar a história, ainda que breve, da família e do casamento no Ocidente, mas com intuítos essencialmente analíticos.

Nas sociedades contemporâneas o amor romântico como parte integrante do casamento foi naturalizado, tornando-se aos olhos da maioria das pessoas um dado normal da existência humana. No entanto, vimos que foi só na Idade Moderna, há sensivelmente dois séculos atrás, que a tríade amor, casamento e sexualidade começou a ser vista como fazendo parte de uma única realidade indissociável.

A separação entre o amor no casamento e o amor fora do casamento é salientada precisamente por historiadores como Jean-Louis Flandrin e Philippe Ariès que vêm aí “um fenómeno da história da sexualidade absolutamente capital e quase permanente até ao Séc. XVIII”, cuja importância na regulação dos comportamentos sexuais, não apenas dos

⁸ “O acolhimento da democracia no domínio público foi antes de mais um projecto masculino – em que as mulheres conseguiram finalmente, sobretudo a golpes de luta, participar. A democratização da vida pessoal é um processo menos visível (...) mas as suas implicações são igualmente profundas. Trata-se de um processo em que as mulheres desempenharam de longe o papel principal, embora no final os benefícios alcançados tenham sido, como na esfera pública, abertos a todos” (op.cit.:127).

membros da aristocracia mas possivelmente de quase todas as classes sociais, é por eles assinalada (Ariès, 1983 e Flandrin, 1983 e 1995). Referindo-se ao mesmo fenómeno, Giddens considera que esta separação entre a sexualidade «casta» do casamento e o carácter erótico ou apaixonado das relações extramatrimoniais era também bastante comum noutras culturas e em outras aristocracias não europeias. O que este autor vê como específico da Europa foi o forte entrosamento entre os ideais amorosos e os valores morais do cristianismo (Giddens, 1995: 26).

A diferença na representação do amor conjugal e do amor paixão banalizada pelos costumes e que o cristianismo herdou dos estóicos como código moral pode ser apreciada na seguinte formulação: “Todo o amor pela mulher de outro é escandaloso (eis o que espera o adultério). É igualmente escandaloso o amor demasiado de cada um por sua mulher (o amor excessivo é precisamente falho de recato, é a paixão que os amantes experimentam fora do casamento). Que eles se apresentem às suas mulheres como maridos, não como amantes” (Séneca citado em S. Jerónimo in Ariès, 1983: 132).

Nesta concepção, o adúltero é também o que experimenta um amor demasiado ardente pela mulher. Esta atitude tem subjacente, por um lado, a noção de que toda a sexualidade, em particular a que se desenvolve no interior do casamento tem como única finalidade a procriação⁹ e, por outro, reflecte o receio de que a mulher “educada no prazer” possa ser infiel, tal como é sugerido num texto citado por Flandrin (1983: 124). A sexualidade matrimonial comprometida com a procriação era imposta como um dever (debitum) recíproco dos cônjuges. Ela era consentida na condição de ser vivida com o objectivo de aplacar o desejo e não de incendiá-lo: “A principal razão do casamento era responder à concupiscência pela obrigação recíproca dos esposos, o debitum. É evidente que, dentro de uma tal perspectiva moral, o debitum deveria ser diferente dos jogos violentos da paixão, do erotismo. O carácter jurídico do termo traduz bem os limites do acto” (Ariès, 1983: 157).

Até à Idade Moderna, o casamento era em primeiro lugar um contrato entre famílias; era muito mais importante que a mulher fosse casta e fiel que amorosa.

⁹ A ética sexual que entende que a procriação dentro do casamento é o único factor que justifica e legitima a actividade sexual foi reafirmada pelo Papa Paulo VI, em 1975, e aprovada na *Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé*. Esta posição da Igreja Católica perante a sexualidade não foi até hoje questionada por nenhum dos papas que o sucederam (Cf. Lobato, 2001).

A igualdade defendida pela Igreja entre o ideal de comportamento masculino e o ideal de comportamento feminino, nomeadamente em matéria de sexualidade (dever de fidelidade mútua), nunca fez parte das relações entre marido e mulher na antiga sociedade. Flandrin coloca a hipótese de que a igualdade entre os sexos é “uma invenção cristã que contradiz as ideias tradicionalmente admitidas no mundo ocidental e que aliás só muito recentemente pôde impor-se” (Flandrin, op.cit:125). Também Jack Goody, referindo-se ao controlo da sexualidade por parte da Igreja e à imposição do regime indissolúvel do casamento, afirma que esta impôs muitas restrições contrárias aos costumes e interesses dos leigos, dando como um exemplo disso o *Penitencial* de Vinnian, do século VI, que “estabeleceu um severo regime para o comportamento sexual dos Irlandeses da época, sem fazer a menor concessão a uma sociedade acostumada a práticas como o divórcio, o casamento em segundas núpcias e o concubinato. Os cônjuges não só deviam observar fidelidade como, em caso de transgressão, o inocente pagava pelos pecados do culpado. (...) Se a mulher abandonava o marido este não podia voltar a casar-se e se ela voltasse tinha de a receber de novo. Se uma mulher inocente era repudiada pelo marido, não podia unir-se a outro homem” (Goody, 1995: 173).

A existência de um «duplo padrão» ou «dupla moral» no que diz respeito à fidelidade conjugal, que ainda hoje persiste, estava, segundo André Béjin, bem adaptada à cultura e às técnicas das sociedades pré-industriais. “Mantinha-se, em última instância, para que a maternidade fosse uma certeza, a paternidade uma crença” (Béjin, 1983: 178). Para que este estado de coisas fosse garantido, accionava-se toda uma série de protecções: processos de eliminação dos concorrentes do marido, vigilância das mulheres (eunucos, aias, cintos de castidade, etc.) e mais importante ainda, o desenvolvimento do seu autocontrolo através da inculcação de ideias acerca da virgindade e da fidelidade da mulher.

O desenvolvimento da ideologia do amor romântico é frequentemente associado ao amor cortês característico da aventura extraconjugal dos membros da aristocracia.

Na perspectiva de Philippe Ariès, foi preciso esperar pelo século XVIII para que o amor apaixonado, misto de desejo e sentimento, característico dos círculos da nobreza e mantido até aí especificamente fora do casamento, se estendesse às classes populares¹⁰. Flandrin discorda desta posição ao considerar que as elites esclarecidas do século XVIII,

¹⁰ Para se ter ideia da resistência francesa ao casamento por amor ver Flandrin, 1995. Cf. Flandrin, J-L. “As regras morais das relações domésticas” in *Famílias. Parentesco, Casa e Sexualidade na sociedade antiga*, Lisboa, Estampa, 1995 [1ª edição francesa, 1984].

que eram contra a ideia dos casamentos unindo duas pessoas da mesma condição social, com o acordo dos pais, tiveram de esperar pelo início do século XX para que as suas aspirações de liberdade individual na escolha do cônjuge fossem concretizadas. O autor resume assim a sua tese: “As elites esclarecidas do século XVIII tiveram o sonho de instituir o casamento por amor mas foram incapazes disso na medida em que o seu poder social continuava a basear-se num património material. O casamento por amor não deixará de ser um sonho, nesse meio social, senão quando o essencial do capital herdado for cultural, quer dizer, no século XX. As novas aspirações exprimiram-se muito tempo antes de as transformações económicas tornarem possível a sua realização. Todavia, a revolução do sistema conjugal só acontecerá depois da revolução do sistema económico: pois só então o casamento por amor poderá realizar-se sem pôr em causa o que resta das estruturas hierárquicas da sociedade” (Flandrin, 1995: 181).

Independentemente das divergências quanto às modalidades de difusão do casamento por amor (se adoptado primeiro pelas elites com património, ou pelo contrário, pelas classes populares, nomeadamente o operariado saído da revolução industrial e destituído de herança material a transmitir), a ideia de fusão, através do casamento, entre o amor conjugal e o amor-paixão, reúne o consenso dos historiadores.

A sociedade teve tendência, desde então, diz-nos Ariès, “a aproximar duas formas de amor tradicionalmente opostas. Pouco a pouco, no ocidente, constitui-se um ideal de casamento que impõe aos esposos que se amem, ou que façam de conta que se amam como amantes. O erotismo extraconjugal entrou no casamento, expulsando o recato tradicional (...) e experimentando a durabilidade (...). Já não existe senão um amor, o amor paixão, o amor poderosamente erotizado, e as características originais e antigas do amor conjugal foram abolidas (...): um só amor, uma só sexualidade ” (Ariès, 1983: 135-6).

A conjugalidade moderna viu-se confrontada com esta concepção unívoca de amor, pouco confortável, em princípio, face ao ideal de liberdade individual e nem sempre conciliável com os objectivos de realização pessoal. A trilogia amor-casamento-sexualidade desenvolveu-se a par da ideologia individualista, característica da modernidade, que coloca a ênfase na felicidade e bem-estar pessoal como direitos inquestionáveis. A emergência e o desenvolvimento do individualismo nas sociedades modernas foi, e continua a ser, um tema estudado por sociólogos e antropólogos desde Durkheim (1977 [1893]) a Norbert Elias (1993 [1939]) até autores mais recentes (Dumont, 1985). Este último analisa, a partir de uma perspectiva antropológica, a formação no

mundo moderno de uma concepção do homem como um ser moral, independente e autónomo, capaz de determinar o seu destino e os seus próprios valores. A relação entre individualismo e conjugalidade que se traduz nas sociedades contemporâneas num aparente paradoxo entre, por um lado, a procura de autonomia e individualização, e por outro, a procura de felicidade e realização pessoal através de uma relação fusional a dois é analisada por vários autores (Kellerhals, *et al*, 1982; Neyrand, 2002; Singly, 2000; Théry, 2000).

O movimento de substituição do casamento negociado pelo casamento de inclinação e o de aproximação entre o amor-paixão e o amor conjugal foram acompanhados de um terceiro movimento: o do processo de construção da ideia do casamento para a vida e a sua institucionalização.

Por acção da Igreja numa primeira fase, nos séculos XII e XIII, e posteriormente do Estado desde o séc. XVIII, o casamento entrou no domínio das instituições da cultura escrita, deixando de ser um acto privado e doméstico, reduzido por vezes à simples troca de algumas palavras rituais entre os dois amantes sem a intervenção de autoridades civis ou religiosas (Bozon, 1991a).

Com as transformações no interior do casal e da família, o recuo da nupcialidade e o aumento das uniões livres, fala-se hoje de um movimento de desinstitucionalização e privatização. Se Philippe Ariès, um dos autores que temos vindo a seguir, reconhece que o laço que liga o casamento ao domínio público se tornou mais ténue, ele considera por sua vez que as uniões livres devem ser interpretadas como pertencendo ao domínio não verdadeiramente do privado mas da intimidade.

A definição que ele nos dá de casamento não depende, em última instância, do recurso à consagração social da união ou de escolhas prévias e necessariamente frágeis dos indivíduos baseadas em concepções de afecto e amor-romântico. “(...) um casamento autêntico pouco diferente de uma união livre que subsista, não é criado por um acto no registo civil ou na igreja, nem por uma escolha prévia e frágil, mas pelo facto de ter duração” (Ariès, 1983: 137). Resta-nos sempre a questão de saber quais os factores que influenciam a duração dos casamentos e das uniões informais contemporâneas, ou por outras palavras, quais os princípios da sua coesão e estabilidade¹¹.

¹¹ A este propósito ver por exemplo o estudo de Julie Brines e Kara Joyner nos Estados Unidos, onde se destaca o papel da divisão sexual do trabalho e da relação entre valores individualistas e princípios de igualdade na estabilidade dos casais, coabitantes e casados. C.f.

Um dos traços mais significativos e originais do modelo ocidental de casamento monogâmico é o da sua indissolubilidade.

Apesar da abertura das legislações modernas e do aumento das taxas de divórcio, esta é uma ideia que marca significativamente a representação que as pessoas hoje em dia têm do casamento.

É geralmente aceite que o modelo de casamento indissolúvel, bem como concepções mais conservadoras sobre a sexualidade, fazem parte do modelo da igreja católica que o impôs à sociedade. Philippe Ariès contesta esta interpretação. Ela traduz em parte a nossa convicção actual de que a indissolubilidade constituindo um entrave à liberdade sexual – que seria original, natural – só podia ter sido imposta de forma coerciva.

O autor defende que a Igreja impôs o seu modelo de casamento à aristocracia a partir do séc. XII, mas com uma forte resistência por parte desta; o mesmo já não aconteceu nos meios camponeses que teriam adoptado mais espontaneamente ou talvez eles próprios criado a indissolubilidade do casamento como meio de manter a reprodução das comunidades rurais.

No que diz respeito à origem social do amor conjugal, vimos que os historiadores estão em desacordo. Philippe Ariès, e sobretudo Eduard Shorter, defendem que o “casamento por amor” nasceu nas classes superiores onde a expressão do sentimento estava melhor desenvolvida e era melhor tolerada do que nas classes populares; Jean-Louis Flandrin opõe-se à ideia da difusão amorosa de cima para baixo da escala social (Ariès, 1983 e 1973; Shorter, 1977, Flandrin, 1983 e 1995). Giddens parece concordar com a posição dos primeiros ao citar os estudos sobre os camponeses franceses e alemães do séc. XVIII, entre os quais “beijar, acariciar e outras formas de afecto físico associadas ao sexo eram raras entre as pessoas casadas” (1995: 26). Na perspectiva deste autor, o quotidiano dos homens e das mulheres dos meios camponeses, marcado por condições de existência difíceis, não era propício ao culto do amor apaixonado, nem dentro nem fora do casamento. Reconhece, contudo, que para os homens, os casos extraconjugais deviam ser frequentes: “Para os pobres, o casamento constituía um meio de organizarem o trabalho agrícola. Uma vida caracterizada por um incessante trabalho pesado não podia conduzir à paixão sexual. Apesar disso, eram muitas as oportunidades de os homens se envolverem em relações extramatrimoniais” (idem). Em contraste com as mulheres das classes

Brines, Julie e Kara Joyner (1999), *The Ties That Bind: Principles of Cohesion in Cohabitation and Marriage*. *American Sociological Review*, 64: 333-355.

populares, as mulheres dos meios aristocráticos “estiveram suficientemente libertas das exigências da reprodução e do trabalho de rotina para poderem consumir o seu prazer sexual independente. Claro que tal nunca esteve realmente articulado com o casamento” (ibidem).

Singly, referindo-se ao operariado emergente considera, com base na análise de Flandrin, que a conversão das classes populares ao casamento amoroso (e a sua institucionalização), não deve ser vista como resultante, única e exclusivamente, da intervenção das classes superiores que procuraram por este meio criar as condições da estabilidade operária, mas também devido ao menor interesse destas classes nas formas anteriores de família e de constituição do casal dado a ausência de património doméstico (Singly, 1984b e 1986a).

Apesar da diferença de perspectivas quanto à origem, em termos de classe social, do casamento amoroso, existe consenso entre os historiadores ao considerarem que a sociedade antiga era muito diferente da nossa. O casamento não consagrava normalmente uma relação amorosa mas era antes um contrato entre famílias destinado a durar. Seria muito difícil, portanto, para os casais basear o seu compromisso obedecendo apenas às razões do coração. Deveria pois ser considerado normal, sobretudo para o sexo masculino, que as expectativas de realização pessoal e afectiva fossem procuradas fora do casamento. A aventura extraconjugal estaria também legitimada, o que não acontece hoje, pela ideia de que havia dois tipos de sexualidade e de amor: o amor-paixão-erotizado e o amor conjugal recatado. No entanto, vimos que apenas nos grupos aristocráticos era manifestamente tolerada a permissividade sexual das mulheres «respeitáveis». Como afirma Giddens, “a liberdade sexual acompanha o poder e é uma expressão dele” (1995: 26).

Nas sociedades contemporâneas as relações entre o homem e a mulher dentro do casal parecem enfrentar uma série de tensões que não existiam antigamente.

Se a ideia de duração não é moderna e a perenidade do casamento um valor, se o amor romântico implica fidelidade mútua mas a paixão é por definição efémera, como conseguem os indivíduos gerir todas estas representações aparentemente contraditórias sobre o modo de viver em casal?

É certo que as uniões contemporâneas não são apenas o lugar da pura subjectividade. A prioridade dada à expressão do sentimento amoroso não nos deve fazer esquecer outras funções latentes da união que com ele interagem (segurança, aquisição de estatuto, sobrevivência económica, etc.). As formas de organização do casal ou os

diferentes estilos de vida conjugal, não estão isentas de “determinismos de classes” (Kellerhals, *et al.*, 1982).

Se a família nuclear quanto à sua estrutura não nasce com a revolução industrial, não é menos verdade que é a partir daqui que se desenvolve uma representação da família e do casal como lugar privilegiado de existência e de “esperança de vida dos indivíduos”.

Em «Mariage au Quotidien», Kellerhals analisa a formação desse conjunto de representações sobre a conjugalidade em termos de uma tensão dialéctica entre individualismo afectivo e fusão conjugal, permanência e mudança que marca hoje, de forma cada vez mais exacerbada, segundo o autor, as relações no interior do casal (Kellerhals, *et al.*, 1982: 29-39).

Relativamente à emergência do individualismo afectivo e da intimidade fusional, o autor assinala as seguintes transformações: diminuição da «abertura» tradicional da família face à comunidade local, especialização do espaço doméstico e desejo crescente da privacidade conjugal, emergência do amor maternal e da categoria “infância” a par do fechamento da mulher no “lar” e a infiltração do amor romântico (a separação entre família e unidade de produção possibilita uma maior liberdade de escolha do parceiro com base na afinidade).

O desenvolvimento do capitalismo industrial ao mesmo tempo que coloca em primeiro plano o indivíduo reduz os seus lugares de expressão. O casal contemporâneo constitui-se então contra o medo de ficar só, contra a fragmentação do indivíduo, a alienação objectiva do trabalho, como «chance» de sociabilidade e como único modo legítimo de realização da pessoa (Kellerhals, *et al.*, 1982.). Sennett (1979), na obra com o título sugestivo “As Tirantias da Intimidade”, assinala igualmente que o enfraquecimento das sociabilidades públicas, a privatização do casal e o desenvolvimento da intimidade conduziu os indivíduos a ver o mundo exterior como vazio e impessoal e a procurar na conjugalidade e na família o sentido da sua existência.

Na família moderna, o amor romântico, cujo ideal implica uma partilha total entre os cônjuges, constitui a base e o fundamento do casamento. Consoante os meios sociais as pessoas são levadas, em maior ou menor grau, a concentrarem os seus investimentos e as suas expectativas de realização pessoal na fusão conjugal. Deseja-se que a relação do casal seja uma relação calorosa (e complexa) baseada numa troca total: afectiva, intelectual, sexual e económica (Kellerhals, *et al.*, 1982: 38).

A ideologia não deve contudo ser confundida com a realidade à semelhança das análises funcionalistas que consideram a família um «refúgio» face às desigualdades, espoliações e competições do «exterior».

Jean Kellerhals sublinha a exacerbação, actualmente, das contradições latentes entre individualismo e fusão. O casal estável, fusional, é hoje contestado, dando lugar à emergência de estilos de conjugalidade mais diversos. A tese do autor é a de que o modelo familiar clássico é posto em causa precisamente pelas classes sociais que no passado estiveram na sua origem, isto é, as classes mais favorecidas.

A tensão entre o individualismo afectivo e o ideal de vida em comum (quer no longo prazo quer no quotidiano), esteve durante muito tempo escondida devido a “diversos entraves que os indivíduos dificilmente podiam negociar: sanções religiosas diversas pesando nas separações, dificuldade de recorrer ao divórcio, dificuldade, para as mulheres, de viver de forma independente a sua vida económica e social, gravidez possível ligada às relações extraconjugais, etc.” (Kellerhals, *et al.*, 1982: 38).

Libertos desses constrangimentos, sociais e biológicos, a questão que se coloca é a de que como resolvem os actores sociais masculinos e femininas as aspirações contraditórias entre individualismo / fusão e permanência / mudança?

É interessante notar que o ideal de amor romântico faz com que a fidelidade física e sentimental seja actualmente percebida e/ou vivida pela maioria das pessoas já não como um dever mas como a consequência natural da relação amorosa. Os resultados de algumas pesquisas parecem, de facto, conduzir a esta interpretação.

A investigação realizada em 1975 pelo Instituto Nacional de Estudos demográficos (INED), sob o título “Lien conjugal et fidélité”, integrada num trabalho vasto sobre o casamento na sociedade francesa (Roussel, 1975: 273-291), mostrou que a atitude intolerante de uma grande maioria dos franceses face a uma infidelidade ocasional (que excluía, portanto, qualquer ideia de ligação), é reveladora da sua representação sobre o casamento: uma relação extramatrimonial é incompatível com a prioridade dada ao carácter subjectivo e íntimo da relação conjugal que é enquanto tipo-ideal recíproca e exclusiva.

No contexto das normas e dos valores herdados do modelo clássico de casamento, a ênfase subjectiva continua a ser colocada no sentimento amoroso como princípio da união. Esta concepção de casamento tem como contrapartida a exigência da exclusividade do vínculo afectivo e das relações sexuais, o que não acontecia necessariamente nos sistemas

matrimoniais pré-modernos. Vimos que no «casamento de conveniência» o adultério podia ser considerado uma falta, sobretudo por razões de filiação, mas não atingia tão directamente a relação conjugal.

Estes resultados não parecem divergir muito dos dados encontrados a partir da pesquisa realizada na Suíça, sob a direcção de Jean Kellerhals, onde precisamente se destaca o relativismo dos valores tradicionalmente associados ao casamento, tais como a perenidade e a fidelidade (1982: 113). A maioria dos casais inquiridos, incluindo casais coabitantes, não põe em causa de forma radical esses valores. Entre os indivíduos que aceitam a perenidade relativamente, existe uma maioria que aceita a fidelidade incondicionalmente. Dir-se-ia que a indissolubilidade do casamento é uma ideia mais facilmente posta em causa do que a fidelidade; ou dito de outro modo, a fidelidade é um valor mais importante do que a duração do casamento.

Coabitação e ilegitimidade

Como já foi referido, o casamento foi durante muito tempo um assunto privado entre dois indivíduos e as suas famílias que escapava frequentemente ao controlo do Estado e da Igreja. Tanto em França como em Inglaterra, eram comuns as práticas de casamento informal que abrangiam rituais tais como «paroles de futur» trocadas pelos noivos e tradições como «jumping the broom» e «living tally»; o termo “tally” foi largamente usado na Grã-Bretanha do séc. XIX para designar as uniões duradouras fora do casamento legal (Bozon, 1991a; Gillis, 1985¹² cit. in McRae, 1993a: 3-6).

Gillis (1985), historiador do casamento, estima que entre meados do séc. XVIII e meados do séc. XIX mais de um quinto da população de Inglaterra e País de Gales vivia em coabitação como prelúdio ou substituto do casamento (cit. in Kiernan e Estaugh 1993:5).

No âmbito da demografia o tema da ilegitimidade é bastante frequente, colocando-se o problema da não distinção entre nascimentos fora do casamento com e sem coabitação¹³.

¹² Cf. Gillis, John, *For Better, For Worse: British Marriages, 1600 to the Present*, Oxford, University Press, 1985, citado em McRae, 1993a: 3-6 e também em Kiernan e Estaugh, 1993: 5.

¹³ Ver por exemplo Vicente Pérez Moreda (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do séc. XVI ao Presente*. Actas do III Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica, 1993, Edições Afrontamento.

A partir de uma síntese dos trabalhos mais recentes, e das suas próprias investigações, que abordam o tema da ilegitimidade em Portugal, Isabel Guimarães Sá (1993) conclui que os seus valores sempre foram muito elevados nas cidades do norte do país, a zona para a qual se dispõe de melhores informações. Na região Norte é bastante nítida a tendência para o concubinato em meio urbano, com especial incidência nas camadas populares, como é o caso do Porto do séc. XIX, sendo comum a coabitação dos noivos antes do casamento (Pereira, 1986 cit. in Sá, 1993: 41).

Nas zonas rurais não existe um padrão uniforme, tendo-se observado uma descida dos níveis de ilegitimidade em algumas freguesias (no séc. XVIII), contrariando a tendência geral para o seu crescimento que se prolonga até meados do século XX, que parece, nesse caso particular, ter ficado a dever-se, curiosamente, à aplicação local das directivas do Concílio de Trento de combate às uniões de facto (Sá, 1993: 41).

Não deixa de ser interessante a ideia que transparece neste texto de uma maior aceitação social do concubinato e das «mães só», no caso português, com base no argumento de que só secundariamente se recorria ao abandono de crianças para evitar a penalização social (Sá, 1993: 40 e 43). O abandono, prática corrente e sistema institucionalizado até perto de finais do séc. XIX, converteu-se numa importante estratégia de apoio à economia familiar mais do que uma forma de evitar a «desonra» das mulheres que tinham filhos fora do casamento, com ou sem coabitação.

Apesar das diligências da Igreja para contrariar a difusão da «concubinagem», é provável que este tipo de união tenha sido durante muito tempo uma prática tradicionalmente aceite e característica das sociedades pré-modernas, até ao momento em que passou a ser vista como uma prática desviante face ao modelo matrimonial dominante. A expressão «concubinagem» ou «concubina» chegou até hoje com ecos de má fama, sobretudo quando se refere às mulheres, e é frequentemente associado à pobreza em que vivia o proletariado saído da revolução industrial.

David Levine analisando a relação entre o desenvolvimento do capitalismo em meados do século XIX, o surgimento da família conjugal moderna e a centralidade do casamento neste novo contexto, considera que o nascimento de filhos ilegítimos associado à concubinagem dos meios operários não pode ser interpretado como o «casamento rejeitado» mas sim como o «casamento frustrado». O crescimento do salariado feminino facilitou, segundo este autor, tanto o casamento como a concubinagem, mas a instituição

matrimonial passou a ser o modelo de referência (Levine, 1977), que se manteve mais ou menos inquestionável até meados do século XX.